

**O SILÊNCIO COMO INSTRUMENTO PEDAGÓGICO NO PROCESSO DE
FORMAÇÃO SACERDOTAL**

AERTON MARCOS DE SOUSA E SILVA

**UNIVERSIDADE PONTIFÍCIA BOLIVARIANA (UPB)
CONSELHO EPISCOPAL LATINO-AMERICANO (CELAM)
INSTITUTO TEOLÓGICO PASTORAL PARA A AMÉRICA LATINA (ITEPAL)
BOGOTÁ, D.C.**

2012

**O SILÊNCIO COMO INSTRUMENTO PEDAGÓGICO NO PROCESSO DE
FORMAÇÃO SACERDOTAL**

AERTON MARCOS DE SOUSA E SILVA

**Trabalho de graduação para obter o título de Licenciatura Canônica em Teologia
com ênfase em formação sacerdotal**

Orientador

Mons. Guillermo Melguizo Yepes

**UNIVERSIDADE PONTIFÍCIA BOLIVARIANA (UPB)
INSTITUTO TEOLÓGICO-PASTORAL PARA A AMÉRICA LATINA (ITEPAL)
CONSELHO EPISCOPAL LATINO-AMERICANO (CELAM)
BOGOTÁ, D.C.**

2012

Nota de aceitação

Presidente do júri

Juiz

Juiz

Bogotá, D.C., Agosto de 2012

A quem soube e sabe, com o silêncio, ensinar.

A quem busca, no silêncio, aprender.

AGRADECIMENTO

Uma das melhores formas de expressar gratidão é o silêncio: um abraço forte, uma lágrima sincera, um sorriso largo ou um aperto de mão. Sim! Transformar esse sentimento em discurso é um grande desafio. Assim, para não fazer dessa página o espaço de alguns, atrevo-me a converter aquilo que seria um extenso discurso em uma inclusiva oração.

Senhor, sou grato pelo meu pai e aos pais que tenho tido ao longo desse período.
Homens com profissões e ministérios diferentes que me ensinaram que o crescimento humano é decorrência de uma atenta e respeitosa escuta filial.

Bendita seja vossa manifesta paternidade!

Senhor, sou grato pela minha mãe e às mães que tenho tido no decurso desse tempo.
Mulheres religiosas e consagradas que me ajudaram a conceber a maturidade humana como um processo resultante da acolhida e da docilidade filial.

Bendita seja vossa visível maternidade!

Senhor, sou grato por meus irmãos e minhas irmãs e aos irmãos e às irmãs que tenho tido no transcorrer desses dias. Tantos que, superando as dimensões da amizade, provaram-me que o ser humano cresce à medida que aprende a partilhar, em torno da mesma mesa, os dons da vida cotidiana.

Bendita seja vossa evidente fraternidade!

Confiante na intercessão de Maria, Mãe das Dores e Virgem do Silêncio, que meu agradecimento não se limite a esses termos, mas se estenda a cada um que tenha contribuído, de maneira verbal ou não, para a realização desse projeto formativo.

Amém.

RESUMO

Deus e o ser humano encontram no silêncio uma forma de Revelação, diálogo e santificação. Ainda que pareça contraditório discutir a respeito do silêncio, há de se reconhecer que a comunicação, para ser efetiva, carece de pausas que fundamentam e alimentem as relações e o diálogo. Pelo fato de ser o silêncio um mecanismo de comunicação, constitui-se um elemento indispensável à vida e ao ministério dos presbíteros e, por conseguinte, uma indispensável pedagogia em sua formação humana, espiritual, intelectual e pastoral. Por isso, o presente trabalho aponta no silêncio, existente no processo de formação sacerdotal, seu valor comunicativo e sua funcionalidade como instrumental pedagógico. Assim, descrever-se-á o valor do silêncio no processo de formação ao sacerdócio, inicial e permanente, com o intuito de confirmar que, ao longo desse itinerário formativo, por mais paradoxo que possa parecer, o silêncio é uma pedagogia à comunhão e uma fórmula necessária à vida e ao ministério do presbítero para que, desse modo, consiga alimentar um autêntico diálogo com Deus, com o outro e consigo mesmo.

SIGLAS E ABREVIATURAS

CCE	Catecismo da Igreja Católica
CEC	Congregação para a Educação Católica
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
DA	Documento de Aparecida
DFPIB	Diretrizes para a Formação dos Presbíteros da Igreja no Brasil
DMVP	Diretório para o Ministério e a Vida dos Presbíteros
DPFS	Directrices sobre la Preparación de los Formadores en los Seminarios
DP	Documento de Puebla
DSD	Documento de Santo Domingo
EN	Evangelii Nuntiandi
FTFS	La Formación Teológica de los Futuros Sacerdotes
GS	Gaudium et Spes
OP	Optatam Totius
PCAL	Pontifícia Comissão para a América Latina
PDV	Pastores Dabo Vobis
PO	Presbyterorum Ordinis
RFIS	Ratio Fundamentalis Institutiones Sacerdotalis

TABELA DE CONTEÚDO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO I - O SILÊNCIO NA SAGRADA ESCRITURA: UMA PEDAGOGIA ELOQUENTE	14
1.1. Do Antigo Testamento.....	15
1.1.1. Uma força criadora	16
1.1.2. Um convite à escuta	18
1.1.3. Uma forma de acolhida	20
1.1.4. Um ato profético	22
1.2. Ao Novo Testamento	24
1.2.1. No falar silencioso de Jesus	25
1.2.1.1. Uma etapa de sua preparação messiânica	25
1.2.1.2. Uma chave de leitura para as parábolas	26
1.2.1.3. Um eixo de seus milagres.....	28
1.2.2. No silenciar pedagógico de Jesus.....	29
1.2.2.1. Um atributo de sua oração.....	30
1.2.2.2. Uma companhia em sua Paixão	32
1.2.2.3. Um sinal de sua Ressurreição.....	34
1.3. Uma pedagogia	35

CAPÍTULO II - O SILÊNCIO NA PATRÍSTICA E NA IGREJA: UMA PEDAGOGIA

EXPERIENCIAL	38
2.1. Nos ensinamentos dos Padres da Igreja.....	40
2.1.1. Um gesto de cordialidade espiritual.....	41
2.1.2. Uma dinâmica da vida cristã.....	44
2.2. No deserto e na vida monástica.....	47
2.2.1. Uma característica da solidão.....	47
2.2.2. Um ponto de equilíbrio nas relações fraternas.....	48
2.3. Na Pastoral Vocacional.....	51
2.3.1. Um elemento essencial da vocação.....	51
2.3.2. Uma prática no acompanhamento às vocações.....	54
2.4. Uma pedagogia.....	58

CAPÍTULO III - O SILÊNCIO NA COMUNIDADE DE FORMAÇÃO: UMA

PEDAGOGIA FUNDANTE	60
3.1. Na formação humana do Período Introdutório.....	63
3.1.1. Uma ferramenta para o autoconhecimento e a convivência.....	64
3.1.2. Um imperativo à vida de formação.....	65
3.2. Na formação intelectual do Filosofado.....	67
3.2.1. Um método para o entendimento dialógico.....	68
3.2.2. Uma via à aprendizagem cotidiana.....	71
3.3. Na formação espiritual do Teologado.....	73
3.3.1. Uma experiência mística.....	74
3.3.2. Um suporte para a vida interior.....	75
3.3.3. Um processo contínuo.....	77

3.4. Uma pedagogia	80
--------------------------	----

CAPÍTULO IV - O SILÊNCIO NA VIDA E NO MINISTÉRIO DO PRESBÍTERO:

UMA PEDAGOGIA TESTEMUNHAL	84
--	-----------

4.1. Nas relações humanas e eclesiais.....	86
--	----

4.1.1. Um ato de reverência e prudência comunitárias	86
--	----

4.1.2. Uma exigência da colegialidade sacerdotal	88
--	----

4.1.3. Um contributo à participação cooperativa	89
---	----

4.2. Na espiritualidade pessoal e comum.....	91
--	----

4.2.1. Uma necessidade cronológica	91
--	----

4.2.2. Uma práxis ascética e penitencial	93
--	----

4.2.3. Um elo litúrgico-sacramental	96
---	----

4.3. No agir e no desempenho missionários	98
---	----

4.3.1. Uma característica dos trabalhos coletivos	99
---	----

4.3.2. Um fio condutor da ação social.....	101
--	-----

4.3.3. Um elemento para a formação permanente.....	103
--	-----

4.4. Uma pedagogia	105
--------------------------	-----

CONCLUSÃO	107
------------------------	------------

BIBLIOGRAFIA.....	110
--------------------------	------------

INTRODUÇÃO

De acordo com a lógica, “não existe pior conversação que a que se embasa no discorrer ou escrever sobre o silêncio” (Fisichella, 1992, p. 1370). Mas, ao considerar que o silêncio é uma realidade e uma experiência fundamental para a vida humana e que, conseqüentemente, também se constitui um elemento indispensável à vida e ao ministério presbiteral, a presente investigação visa descobrir no silêncio, existente no processo de formação sacerdotal, seu valor comunicativo e sua funcionalidade como um instrumental pedagógico.

Partindo dos dicionários, o termo “silêncio” aparece com vários significados, podendo ser entendido como uma fórmula não verbal ou mesmo um gesto de proximidade ou interação (Tomaz, 2008). Outras definições mostram o silêncio como “falta ou cessação de barulho, interrupção de qualquer ruído, estado de uma pessoa que se cala, abstêm-se, recusa-se a falar, sossego, paz, calma, mudez, escravidão etc.” (Dall’Agnol, 2007, p. 12). Ao fim, como um ato cultivável, o silêncio demanda decisão pessoal por um lado e empenho coletivo por outro.

O fato de o silêncio ter sentidos e expressões diferentes não o fragmenta, mas o consolida como um termo indispensável à linguística e, conseqüentemente, um fundamento para a transmissão de ideias, valores, experiências pessoais e coletivas do ser humano que, por natureza, é comunicação (Serra, 2001). Silenciar, muito além da abstinência na fala e ausência de ruídos, é e pode ser um pedagógico instrumento da comunicação e do diálogo interpessoal (Casares, 1975).

Nesse trabalho, será possível constatar que silêncio é uma ferramenta que confere sentido e amplia o valor das palavras. Segundo as culturas orientais, o silêncio é um meio pelo qual se faz possível conter ou expressar, praticamente, todas as paixões humanas (Lepargneur, 2004). “Os místicos de todas as épocas e regiões – tanto ocidentais como orientais – não cansam de afirmar a necessidade de calar, não só a língua, senão as sensações e desejos” (Blanch, 1987, p. 651). Dessa forma, o silêncio não se constitui um gesto inofensivo, neutro ou insignificante, mas uma maneira do ser humano de comunicar-se com Deus, com os outros e consigo mesmo. Para isso, faz-se necessário um caminhar que passa pelo silenciamento externo e interno. Segundo Lepargneur (2002):

Todas as religiões, as espiritualidades autênticas, as místicas, culminam no silêncio [...]. O budismo chega a excluir até ideias e conceitos da cabeça do meditador silencioso: o silêncio interior é a pérola que protege o silêncio exterior. O silêncio é para o ouvinte como o deserto para o viajante, um convite em direção ao infinito, ao despojamento, à superação do próprio horizonte (pp. 920; 924).

Indiscutivelmente, somos educados numa cultura onde o interesse linguístico está centrado na articulação da palavra e na construção verbal da comunicação (Torralba, 2002). Para isso, basta observar a importância dada à criança quando pronuncia suas primeiras palavras, aos que dominam as técnicas da oratória, à capacidade daqueles que bem sabem se expressar etc. Aparentemente quem fala existe e quem cala apenas consente. Em meio a essa realidade, agitada e barulhenta, despertam as vocações ao ministério sacerdotal que,

consequentemente, ingressarão em um processo formativo constituído não somente de aspectos externos, mas também de valores internos, dentre os quais o silêncio.

O esquema do texto mostrará, no primeiro capítulo, a importância do silêncio como pedagogia presente nas Sagradas Escrituras e através da qual Deus se revela à humanidade; no capítulo segundo, com citações e referências testemunhais dos Padres da Igreja, reconhecer-se-á a prática do silêncio como sinal de ascese e sabedoria e, dando início ao itinerário de formação ao sacerdócio, será exposta sua aplicabilidade no serviço da Pastoral Vocacional; no terceiro capítulo, os espaços e o emprego do silêncio nas dimensões das seguintes etapas formativas: Período Introdutório, Filosofado e Teologado; no capítulo quarto, a necessidade do silêncio na vida e no ministério dos presbíteros como um elemento da formação permanente e uma manifestação de sua caridade pastoral.

O método teológico de investigação teórica, a ser aplicado, servirá para descrever o valor do silêncio no processo de formação sacerdotal e afirmar que, nesse transcurso, o silêncio é um instrumental necessário para o ser humano, aluno ou pedagogo¹, formando ou formador. Aquele que ama o silêncio, por mais paradoxo que pareça, encontrará no próprio silêncio a essencial e, por vezes, a mais eficiente forma de comunicação (Blanch, 1987).

¹ “O servo da família que cuidava de uma criança desde os primeiros anos, acompanhava-a à escola, muitas vezes, através de ruas perigosas, seguia-a quando ela andava pela cidade e, através de seus exemplos, conselhos e decisões, ajudava-a a aprender a viver [...] através do companheirismo” (Barry & Connolly, 1987, p. 36).

CAPÍTULO I

O SILÊNCIO NA SAGRADA ESCRITURA: UMA PEDAGOGIA ELOQUENTE

Ainda que o ser humano procure a comunicação com Deus no sensível das palavras, ações ou sinais, não deve ele deixar de reconhecer que é no silêncio que está “a primeira condição de todo ato sagrado” (Guardini, 2009, p. 11). Aqui se dá início e assim se planifica o reconhecimento que o silêncio é um sinal de abertura e um meio para o diálogo entre o humano e o divino. O processo investigativo, nesta sessão, assume como fio condutor a seguinte pergunta: A partir da Sagrada Escritura, como o silêncio pode ser um ato pedagógico à comunicação de Deus com o Seu Povo?

Panizo (2008) afirma que, no terreno da fé, tudo começa com a escuta que, inicialmente, há de ser entendida como audição e, em sequência, expressa obediência. Este autor cita a Bernardo de Claraval² reafirmando que, quando se deixa a palavra divina ser o centro da atenção humana, superando todo tipo de vanglória e autossuficiência, já não se faz necessário muito ou grande esforço para torná-la audível, mesmo que ela venha em forma de silêncio.

A Sagrada Escritura, um conjunto de livros silenciosos, configura-se também como um “lugar” privilegiado de meditação e de escuta. Nesse contexto, ao passo que a presença de

² Nascido em 1090, cidade de Fontaines, na França. Considerado o último dos Padres da Igreja, dedicou-se aos estudos das artes, ingressou na vida religiosa buscando articular e testemunhar a Revelação bíblica, a Tradição Católica e a tradição monástica. É intitulado “Doutor Melíflu” (Eudesm, 1991).

Deus se confirma em uma silenciosa Revelação, para encontrar Sua vontade é necessário diante d'Ele, muitas vezes, “nada dizer”. A Revelação divina é um evento procedente do Silêncio que, mesmo envolto em palavras, contém em si o próprio Silêncio, um tipo de silêncio não reprime a comunicação, mas a estende para fora de si mesma. É no silêncio que Deus se comunica com a humanidade e a ela se dá (Rahner, 1979).

Deus continuamente “fala” ao seu Povo, usando de palavras ou, muitas outras vezes, “calando” em meio aos sinais dos tempos. Essa comunicação divina com o ser humano, precedida ou culminada com a palavra está sempre iluminada por um silencioso e expressivo mistério (Voight, 1972). Tal informação ganha maior sentido porque, segundo Rahner (1979), Deus fala através de seu próprio silêncio e, na história, nem sempre se revela através de ações estrondosas, mas, numa presença discreta, perceptível somente pela fé.

É importante lembrar que a própria história salvífica, na qual Deus se revela, está envolta num panorama de palavras e silêncios. Essa verdade pode ser observada em vários relatos bíblicos que mostram a Deus no uso do silêncio seja como uma mensagem, seja preparação para expressar Sua palavra (Barbiero, Recondo, Alvarez, Juliao & Mariño, 2000). Assim, é Deus que, como comunicador, chama o ser humano para aprender a integrar silêncio e palavra, transformando-os em autêntico diálogo e profunda comunhão (Bento XVI, 2012a).

1.1. Do Antigo Testamento

Os textos veterotestamentários mostram a imagem de um Deus “aberto” à conversação, ao mesmo tempo, são livros que confirmam a existência de variadas e pedagógicas formas d'Ele falar com o ser humano. É partindo de alguns trechos sagrados que

se dará a devida atenção e aclaração ao processo comunicativo que se serve do silêncio para comunicar alguma mensagem, seja ela divina ou humana.

Aprouve a Deus, na sua bondade e sabedoria, revelar-se a si mesmo e dar a conhecer o mistério de sua vontade (Ef 1,9) [...]. Em virtude dessa Revelação, Deus invisível (Cl 1,15; 1Tm 1,17) na riqueza do seu amor fala aos homens como amigos (Ex 33,11; Jo 15,14s) e convive com eles (Br 3,38), para convidá-los e admitir à comunhão com Ele. Esta “economia” da revelação realiza-se por meio de ações e palavras intimamente relacionadas entre si, de tal maneira que, as obras, realizadas por Deus na história da salvação, manifestam e confirmam a doutrina e as realidades significadas pelas palavras; e as palavras, por sua vez, declaram as obras e esclarecem o mistério nelas contido (DV, 2).

1.1.1. Uma força criadora

No principio de tudo já subsistia a escuridão de um silêncio figurado no caos de uma realidade desolada e vazia (Gn 1,1s), e sobre o qual pairava o “ruah” de um silêncio absoluto. Segundo esse relato sacerdotal (Gn 1,1-2,4a) o silêncio “existiu” primeiro e, por isso, a criação é obra de uma palavra por ele impulsionada (Baez, 2009). Para que tudo viesse a existir o silêncio se converteu em palavra criadora.

O silêncio que antecede a tudo fundamenta o “nascimento” da criação e, junto à palavra, modela e comunica vida (Trebolle, 2008). Na narrativa bíblica, pode-se notar que o Criador desperta os dias e as noites; o céu, a terra, os mares, as plantas e as árvores; os luzeiros e as estrelas, os peixes e as aves; e – à sua imagem e semelhança – o homem e a mulher, mas tal processo se desenrola apoiado nas palavras e nos silêncios que, intermitentes, culminam, no sétimo dia, com o descanso contemplativo de Deus (Gn 1,3-31; 2,1). Observa-se que o silêncio não põe fim à palavra, não a destrói, mas lhe dá pleno sentido (Fisichella, 1992).

Baez (2009) destaca que a narrativa bíblica, apresentando o silêncio e a palavra como eixos da criação, acentua que Deus, diante da corrupção e da violência no mundo, também, silencia para desaprovar quando sua obra é “descriada” pelo ser humano. Quando, por exemplo, ocorre o grande dilúvio, Deus se mantém calado durante todo o período em que as águas cobriram o cosmos. A inundação parece apontar ou descrever um retorno ao nada, uma visão daquilo que seria o retorno à “confusão” original (Gn 8,15). Esse pensamento é igualmente defendido por Ruiz (2005a) ao dizer que o silêncio divino, em tal contexto, é uma espécie de retorno ao caos do “não criado”, uma mensagem silenciosa de que se a criatura se deixa corromper pelo mal, automaticamente, distancia-se do Criador, perde seu fundamento de vida e fica à mercê das forças da morte.

Esse silêncio original, ainda, expressa que o Criador está além de todo vocábulo e, por isso mesmo, é inexpressável na limitada e humana linguagem verbal. Daí que, pelo fato de poder decidir silenciar, confirma-se que a pessoa humana é chamada a permanecer “diante de Deus como nenhuma outra criatura” (Schinella, 2005, p. 1053). Frente ao divino, as palavras

humanas não garantem uma comunicação plena se não vêm acompanhadas de um contemplativo e reverente silêncio.

1.1.2. Um convite à escuta

Considerando que o ser humano, não tendo suficiência verbal para definir a Deus, somente pode reconhecer Sua ação no mundo quando a experimenta, absorve-a ou a desfruta por meio do “calar” contemplativo, um silêncio que viabiliza a confrontante e dicotômica pedagogia do “estar” (García, 2003). Pelo silêncio, tanto Deus quanto a pessoa humana podem comunicar aquilo que as palavras, às vezes, não permitem ou não logram.

No Antigo Testamento, junto à imagem de um Deus legislador, encontra-se um convite insistente à lealdade, um chamado que passa pelo silêncio e a escuta, pois para viver como Povo de Deus é preciso conhecer, ouvir e acolher Seus mandamentos e, nestes, reconhecer a voz de Seu poder. A atenção e a vivência das leis divinas exigem um exercício vigilante da escuta que, conseqüentemente, seja reflexo e renúncia a outros deuses (Baez, 2009).

No transcorrer da história de Israel, o processo comunicativo entre Deus e Seu povo é contínuo, porém, não menos legislativo. O acolhimento das leis de Deus não é uma simples escuta material; é um “dar ouvidos”, ou melhor, a Ele “inclinando o ouvido” do coração (Ex 19,5; Dt 1,43; Sl 78,1; Pr 22,7). Essa escuta interior deve expressar abertura, proximidade e entrega Àquele que, antes de tudo, legisla para a comunhão (Barbiero et al., 2000).

Deus se utiliza do silêncio para conduzir e orientar a Seu Povo, por exemplo, quando, nos relatos bíblicos, Seus preceitos aparecem precedidos da insistente expressão “shemá, Israel”. Essa fórmula, segundo Barbiero et al. (2000), chama o servo fiel para que tenha os “ouvidos atentos” à voz de seu Senhor. É a mesma expressão que os profetas, tantas vezes, utilizaram para se dirigir ao povo, convocando-o à escuta e à acolhida da vontade de Deus, por meio deles manifestada (Dt 6,4).

No desafio da escuta, a prática do silêncio vai se constituindo, ao longo da história, em uma prova para o homem quando se apresenta diante de Deus. Isso pode ser visto na caminhada de Abraão rumo ao Monte Moriá quando, por três dias, teve que suportar o silêncio divino antes de receber a contraordem de não sacrificar a seu filho Isaac (Gn 22). Não menos angustiante é a experiência de Jacó e José que, separados durante vinte e dois anos, sentiam-se provados com a silenciosa assistência de Deus, até quando se reencontraram no Egito (Gn 37,1 – 46,2). Sem dúvida, deparar-se com o silêncio absoluto de Deus é uma suprema e autêntica prova de martírio (Trebolle, 2008).

Moisés é outra importante figura bíblica que, chamado por Deus, defronta-se com a pedagogia do Seu silêncio, um silenciar que lhe fala do meio de uma “sarça que ardia sem se consumir” (Ex 3,1-6). Neste cenário, a sarça que voseia nos ouvidos de Moisés é o timbre de uma voz que não soa e de uma fala que, para ser entendida, exige uma saída e um olhar para fora de si mesmo. Deus chama em meio aos fatos cotidianos da história humana (Lepargneur, 2002). Também é com Moisés que o Senhor conversa “face a face” e, no entanto, não o isenta da experiência e da força que emudece a cada ser humano quando se defronta com Sua divina grandeza.

Considerando que a comunicação divina sempre é pedagógica, Barbiero et al. (2000) a conceituam como a “fala calada” que para ser compreendida, precisa do cotidiano esforço por uma escuta acolhedora. Por isso, a repetição do “shemá”, ritual judaico de todos os dias, mais que uma proposta de silenciamento passageiro, é um convite à escuta contínua, uma fórmula normatizada para manter o ser humano unido à sua fonte existencial.

1.1.3. Uma forma de acolhida

Todo diálogo se pauta no justo equilíbrio entre palavra e silêncio e, somente desse modo, pode-se abrir um verdadeiro a uma escuta que seja recíproca (Bento XVI, 2012a). No instante em que Deus silencia, a criatura encontra a oportunidade de exprimir sua adoração e externar seus cantares mais íntimos (Sl 28,1). Essa realidade, encontrada nos salmos, aparece expressa nos clamores que manifestam a capacidade humana de reagir frente ao silêncio divino. Deus, mesmo “calado”, sempre se comunica e se dá (Ruiz, 2005b).

No conjunto dos salmos (saltério), encontram-se variadas referências ao silêncio e, por isso, torna-se possível ampliar tanto seu significado quanto sua importância. Considerando que o saltério é essencialmente um diálogo, assegura Ruiz (2005a), que o silêncio aparece repetidamente como a atitude de algum dos participantes em tão ambivalente processo de comunicação. Além disso, afirma o mesmo autor, que as raízes hebraicas permitem uma variada tradução ao termo “silêncio”, pois é descrito, de acordo com o contexto, como mudez, imobilidade, omissão, surdez, quietude, desolação ou paz interior.

O silêncio favorece a abertura ao diálogo e à oração; motiva a participação humana no mútuo intercâmbio da palavra com o divino e, nessa comunicação, rompe distâncias e

possibilita ao orante pedir a intervenção divina sobre sua causa. Para isso, tome-se, por exemplo, o silêncio narrado no salmo 39 que ilustra uma oração movida pela angústia do “calar” divino e que desemboca numa palavra de lamento a Ele dirigida. Neste caso, o silêncio parece delatar a negligência operativa de Deus frente a uma situação considerada injusta e, por isso, o orante inquieto “toma a palavra” (Ruiz, 2005a). Deus fala ao homem no silêncio e, nesse mesmo silêncio, o homem descobre a possibilidade de falar com Ele (Bento XVI, 2012a).

Observa Schinella (2005) que, também, o livro de Jó é revestido por uma paisagem feita de vozes imperceptíveis e de agudos silêncios (4,12-17) que se revelam oportunos ao encontro íntimo com Deus. O “silenciamento” de Deus provoca em Jó a busca pela compreensão do porquê de tanta indiferença e somente, depois de uma longa busca, resulta “pondo a mão na boca” e calando; opta pelo silêncio como a humilde reação de quem reconhece e aceita a incompreensibilidade de um mistério que supera toda racional capacidade humana (13,1-19). Pela experiência de Jó é possível constatar que Deus “fala” de uma maneira oculta e, por isso, o silêncio da razão é peça essencial para, legitimamente, “ouvir” tão suprema palavra.

O silenciar divino provoca e alimenta o clamor humano. Por isso, o silêncio é uma cortesia ao intercâmbio verbal, pois garante à comunicação sua característica, socialmente, inclusiva (Serra, 2001). Partindo de tal base e com apoio no salmo 131, constata-se que o silêncio humano também está em função do silêncio divino, de tal maneira que, quando o Criador silencia, remete a criatura ao próprio silêncio, permitindo-o contemplar o lado invisível da palavra e, com disso, impulsionar ou alimentar o diálogo (Trebolle, 2008).

Segundo Ruiz (2005b), no saltério predomina uma visão negativa do silêncio, pois quando é Deus quem cala, seu silêncio denota ausência de salvação e, quando quem cala é a pessoa humana, tal silêncio expressa e reflete vergonha pelos pecados cometidos. Ainda assim, a dinâmica de se comunicar por meio do silêncio, bem presente na história de Israel, desperta e fomenta a busca humana pelo diálogo “face a face” com o divino e, assim, mais e melhor, “ouvi-Lo de frente” (Ginel, 2002).

Com o primeiro versículo do salmo 55, Torresan (2003) afirma que é por meio da palavra e do silêncio que se dá o encontro entre o humano e o divino: “dá ouvido à minha prece, ó Deus, não te furtas à minha súplica! Dá-me atenção e responde-me”. De tal forma, o silêncio carrega em si uma força provocativa que, pedagogicamente, prepara e fecunda o nascer da palavra e do diálogo. Aquele que aprende a silenciar promove e valoriza a comunicação ao transformar seu “calar” em espera e escuta.

1.1.4. Um ato profético

Na mentalidade antiga de Israel, um profeta era considerado o grande intermediário para conhecer a vontade de Deus e, junto ao sacerdote (Jz 18,5-6; 1Sm 14,37), tinha a missão de “abrir a boca e fazerem conhecidos os desejos divinos” (Is 29,21). Por meio da palavra dos profetas o Senhor rompe seu soberano silêncio e se revela (Nápole, 2008). O silêncio de Deus que se faz palavra, em contrapartida, exige do profeta uma efetiva vida de silêncio, escuta e atenção.

Tamanha era a importância do silêncio no profetismo bíblico que se confundia, algumas vezes, com a própria profecia e, em outras ocasiões, era o ponto-chave para discernir

a autenticidade das mensagens proféticas. Por isso, antes mesmo de ser um mensageiro da palavra o profeta é um amigo do silêncio. Nesse contexto, aparece o profeta Elias que, ao atravessar o deserto, no monte Horeb observa o furacão, o terremoto, o fogo e, no entanto, depois de tantos alardes, é na brisa leve que o profeta reconhece a voz de Deus (1Re 19,11-12). Todo profeta desenvolve, pela prática do silêncio, uma capacidade de “olhar” ao seu redor e, daí, escutar a divina presença de uma voz “ausente” (Trebolle, 2008).

No texto que relata a conflituosa experiência de Jó não há contraste entre voz e silêncio, ambos são conjugados como elementos teofânicos³. Deus não é, propriamente, uma manifestação da natureza ou um acontecimento histórico, mas o fato é que Ele se revela através deles como o fez na brisa suave que “falou” com o profeta Elias. Nesse episódio bíblico, mais importante que a experiência é a imagem do “espaço” que propiciou a escuta, no caso, o silêncio e a solidão humana do profeta. Foi, justamente, esse proceder que o permitiu reconhecer a presença de um Deus que está, ainda que discretamente, inserido no mundo (Panizo, 2008).

Outro oportuno exemplo, sobre silêncio profético, é o de Jeremias que, tentando alegar imaturidade verbal, busca rechaçar a missão que lhe era confiada. No entanto, teve que ouvir do próprio Senhor: “não fales: eu sou um menino; porque a todos a quem eu te enviar, irás; e tudo quanto te mandar, falarás [...] ponho minhas palavras na tua boca” (Jr 1,7-9). Deus se serve do profeta para falar e se comunicar; Sua voz se faz ouvir na vida de seus

³ Do termo “teofania”, manifestação de Deus que ilumina o caminho da promessa, desde os Patriarcas a Moisés e desde Josué até as visões que inauguram a missão dos grandes profetas. A tradição cristã sempre reconheceu que, nestas teofanias, o Verbo de Deus se deixava ver e ouvir, ao mesmo tempo, revelado e escondido (CCE, 707).

escolhidos (Trebolle, 2008). Como afirma Von Balthasar (2001), Deus é quem fala e o homem somente lhe “empresta” a boca para que Sua Revelação seja manifestada.

Segundo Nápole (2008), os profetas quando se utilizam das expressões mediadoras, tais como: “assim fala o Senhor”; “disse o Senhor” ou “diz o Senhor, teu Deus”, visam testemunhar que a escuta se antepõe às palavras pronunciadas por eles. Indiscutivelmente, nessa experiência, o silêncio é um indispensável signo da Revelação, pois Deus, quando se “retira”, dá espessura e profundidade à palavra profética. O profeta, por sua palavra e por sua vida, é “alfabeto de Deus” como o ser humano, desde o princípio, é expressão Sua (Von Balthasar, 2001).

1.2. Ao Novo Testamento

Deus cala, fala e atua no tempo até dar rosto humano à sua Palavra (Blanch, 1987). Chegada a plenitude dos tempos o “Verbo se fez carne” (Jo 1,14) e, na Palavra, o Pai se manifesta visivelmente, dando-se por inteiro no Filho. A Palavra feito homem é a perfeita e insuperável comunicação do Pai, pois, no Filho, tudo é dito e revelado. E, ainda que esta revelação não esteja inteiramente explicitada, a apreensão gradual de todo o seu alcance vai acontecendo no decorrer dos séculos (CCE, 66; 102). Ainda, Segundo o Catecismo Católico:

Ao dar-nos, como nos deu, o seu Filho, que é a sua Palavra, Deus disse tudo ao mesmo tempo e de uma só vez. O que antes disse parcialmente pelos profetas, agora, revelou-o totalmente, dando-nos o Todo que é o seu Filho.

E por isso, quem agora quiser consultar a Deus ou pedir-
Lhe alguma visão deve pôr os olhos em Cristo (n. 65).

Deus, após ter falado muitas vezes e de distintos modos pelos profetas, passa a dialogar com a humanidade e, assim, segue se comunicando, por meio de seu Filho, o verbo encarnado (DV, 4). O silêncio tem lugar e espaço garantido no Novo Testamento, pois o Pai se comunica e se dá através do Filho como “a palavra das palavras, o silêncio de todas as palavras” (Ulrich, 1969, p. 793).

1.2.1. No falar silencioso de Jesus

Jesus, humanamente, entra na história de maneira humilde e silenciosa. Por isso, a doutrina católica sublinha que sua vida foi, na maior parte, imersa no silêncio. Mesmo considerando o relato do reencontro no Templo com Maria e José (Lc 2,49), sobretudo os Evangelhos pontuam que Jesus viveu mergulhado “na condição da maioria dos homens: uma vida cotidiana, sem grandeza aparente, vida de trabalho manual, vida religiosa judaica e submetida à lei de Deus, vida na comunidade” (CCE, 531). É partindo de tal constatação que se pode observar que a primeira pregação de Jesus é justamente o Seu silêncio.

1.2.1.1. Uma etapa de sua preparação messiânica

A “vinda do Verbo”, sob o véu do silêncio, também aparece refletida na mudez esperançosa de Zacarias, no silenciamento respeitoso de José, no silêncio acolhedor de Maria e, ainda, na solidão penitencial de João Batista. Baez (2009) ressalta que o silêncio do Filho é chave de leitura para Sua vida humana e um signo de Sua atenção à vontade do Pai. Jesus é a

Palavra que se comunica através do silêncio antes mesmo de iniciar seu ministério público. Possivelmente essa seja a razão pela qual os evangelistas fizeram coincidir o início da vida ministerial de Jesus e Seu batismo no Jordão quando se ouviu dos céus a voz do Pai (Mc 1,11).

O itinerário terrestre de Jesus é um mistério entre palavra e silêncio que se prolonga nos trinta anos de Sua vida oculta. Além de considerar esse tempo como um período de preparação ou formação, de amadurecimento ou contextualização social, o silêncio do Nazareno, também denota ou releva o paradoxo vivo do verbo que não fala – *Verbum infans* (Sesboüe, 2002). “O Logos do Pai, revela-se como uma Palavra que amadureceu depois de muitos anos de vida oculta, impregnado de um fecundo silêncio” (Béthune, 1995, p. 736).

A partir desse pedagógico silêncio, nota-se que as palavras e as obras de Jesus são “elaboradas” após um profundo e íntimo diálogo divino: “tudo o que digo, digo-o segundo me falou o Pai” (Jo 12,50). Ressalta Peresson (2004) que os Evangelhos, pelo fato de não relatarem detalhes dos primeiros trinta anos da vida de Jesus, a não ser de sua infância, exprimem que foi justamente tal período, vivido na proximidade do povo e da religião, que concedeu a Ele conhecimento e experiência suficientes para ensinar com autoridade (Mc 1,22).

1.2.1.2. Uma chave de leitura para as parábolas

Como se pode observar, o agir de Jesus confere autoridade ao seu discurso (Lc 24,19), suas palavras se ocultam em seu agir e seus gestos aclaram sua pregação. Daí dizer que n’Ele, o primeiro e grande ensinamento é sua própria vida, um dinâmico discurso que, ao mesmo

tempo, expõe e encobre, fala e cala, conduzindo à reflexão seus interlocutores. O Mestre, para ensinar, assume uma estrutura dialógica na qual, perfeitamente, vinculam-se palavra e silêncio (García, 2003) e, ao educar por meio das parábolas, remete ao próprio silêncio aqueles que as ouvem (Dall’Agnol, 2007).

Jesus se revela como Mestre em diferentes locais – no templo, nas praças, à beira do lago, na cruz etc. – mas, pedagogicamente, ainda que sem palavras ou discursos, também instruía por Sua disponível e profunda escuta aos excluídos, pobres, pecadores e enfermos. Junto a isso, acrescenta Peresson (2004), Jesus substitui a complexidade dos ensinamentos rabínicos por histórias e situações do cotidiano com o intuito de falar uma linguagem mais acessível e, implicitamente, defender a liberdade da pessoa humana. Essa pedagogia popular de Jesus aparece no evangelho de São Marcos ao afirmar que Ele ensinava “muitas coisas por meio de parábolas” (4,1-2).

Uma parábola é uma instrução simbólica, enigmática e misteriosa que leva o ouvinte a uma busca para compreender o que está além do “verbal” e, logicamente, ao exigir atenção da pessoa que a escuta, remete-a a um reflexivo silêncio. Essa dinâmica intriga até mesmo os discípulos mais próximos do Senhor, pois a eles também era necessário um esforço para captar o profundo sentido de tais histórias (Mc 4,34), não à toa, necessitavam ouvir do próprio Mestre, com maior clareza, o que intencionava Ele ao proferir semelhantes “contos” (Mt 13,36).

Ao contar parábolas, Jesus se utiliza de uma linguagem figurada, objetivando “desenhar” as coisas invisíveis e proporcionar um contato aproximativo com o transcendente, ou seja, explicar o inexprimível a partir da realidade local. É possível crer, mediante tais

parábolas, que Jesus estimula seus ouvintes a se colocarem como sujeitos da história narrada e, dessa maneira, entender melhor suas ações, bem como compreender mais o sentido de seus ensinamentos (Peresson, 2004).

Jesus usava parábolas para, assim, proclamar a grandeza dos mistérios e das coisas escondidas (Mt 13,34s). As parábolas utilizadas por Jesus, segundo Bravo (2006), não eram utilizadas para doutrinar ou para impor um conhecimento exterior; seu objetivo era convencer seus ouvintes, por evidências “não evidentes”, de que era necessário ouvir e reconhecer que a voz do Pai subsiste silenciosa na realidade, na vida e na história humanas.

1.2.1.3. Um eixo de seus milagres

A vida pública de Jesus, comumente associada à difusão de seus milagres, conferiu-lhe grande reconhecimento e visibilidade ainda que Ele mesmo buscasse fugir de tais aclamações. Alguns de seus milagres eram seguidos de uma ordem: “que a ninguém contassem o que acontecera” (Lc 8,56). “Impondo” às pessoas uma disciplina de silêncio, objetivava preservar sua identidade messiânica (Fernández, 2004), pois a revelação do Messias não poderia ser o mero resultado de gestos extraordinários, mas, por excelência, o Salvador deveria ter reconhecimento pelo “feito” todo de sua vida (Esquerda, 1979).

Não há dúvida de que o conjunto dos sinais miraculosos operados por Jesus é um convite à confiança divina. Tais feitos também contêm seus silêncios implícitos, como por exemplo, a “multiplicação dos pães e peixes” onde “saciar a todos” não significa somente o fruto da partilha, mas a superabundância do único e eterno pão (Jo 6,1-14). Outro exemplo é a “transformação” da água em vinho, nas bodas em Caná que, por sua vez, mais que

demonstrar o poder de Jesus, representa o “por vir” anúncio de Sua glorificação e a realização da ceia no Reino do Pai, onde se servirá o vinho novo (CCE, 548-549; 1335).

Os milagres realizados por Jesus não têm significado exclusivo na grandeza visível do físico ou material; mas sinalizam sua divina compaixão e misericórdia. Tais ações miraculosas, além de uma chamada à confiança, ratificam a autoridade do Filho de Deus e comprovam Sua irrupção no meio da humanidade (Peresson, 2004). Assim, o Verbo encarnado demonstra que Seu silêncio alimenta Sua conduta e sua escuta impulsiona seu agir.

1.2.2. No silenciar pedagógico de Jesus

No princípio era o Verbo, e o Verbo estava junto de Deus e o Verbo era Deus. No princípio, ele estava junto de Deus. Tudo foi feito por meio dele e sem ele nada foi feito. Mas o mundo não o reconheceu. Veio para o que era seu e os seus não o receberam. E o Verbo se fez carne, e habitou entre nós; e nós vimos a sua glória, glória que ele tem junto ao Pai como Filho único, cheio de graça e de verdade (Jo 1,1-3.10-11.14).

Jesus é a Palavra que, em variadas ocasiões, faz do silêncio uma pedagogia para promover o diálogo de comunhão, com o Pai e com os seus seguidores (Peresson, 2004). Desse modo, é possível afirmar que em cada gesto de Jesus aparece implícito seu discurso e que, ao mesmo tempo, em cada palavra Sua se detecta um silêncio que O subsidia e O revela.

O Filho, em sua condição humana, é a gramática e a linguagem salvífica do Pai (Fernández, 2004).

1.2.2.1. Um atributo de sua oração

Não só dos discursos e dos milagres de Jesus estão constituídos os relatos evangélicos. Tais escritos também estão carregados de expressivos silêncios que marcam Sua mensagem e contextualizam seu agir (Fernández, 2004). O Messias aparece, por diferentes razões, dedicado a longas horas de oração em lugares isolados e, longe das multidões, buscava ambientes de escuta. Essa prática de Jesus se torna uma lição de fé: o diálogo com o Pai se dá a “portas fechadas” (Mt 6,6). O silêncio é um instrumento que, assim como para o Mestre, para os discípulos deve amparar a vida de oração e preceder o anúncio do Reino (Dall’Agnol, 2007). Como afirma o Catecismo Católico:

Jesus reza antes dos momentos decisivos de sua missão: antes de o Pai dar testemunho dele por ocasião do Batismo e da Transfiguração e antes de realizar por sua Paixão o plano de amor do Pai. Reza também antes dos momentos decisivos que darão início à missão dos Apóstolos: antes de escolher e chamar os Doze, antes que Pedro o confesse como “Cristo de Deus” [...]. A oração de Jesus antes das ações salvíficas que realiza a pedido do Pai é uma entrega, humilde e confiante, de sua vontade humana à vontade amorosa do Pai [...]. É contemplando e ouvindo o Filho que os filhos aprendem a orar ao Pai (nn. 2600-2601).

As “retiradas” de Jesus para rezar no deserto (Lc 9,18), também, revelam uma saída da praça, lugar onde abundam a falácia e a supérflua conversação. O diálogo do Filho com o Pai não se ampara na ostentação verbal, mas num efetivo “estar”, sem pressa, em um silêncio que nutre e aprimora a comunhão (Esquerda, 1979). E é, justamente, a partir dessa prática que se observa a Jesus sensível às solicitações e clamores humanos que vão se apresentando ao longo de Sua peregrinação terrestre.

Jesus é mestre ao deixar entrever que a vontade do Pai se manifesta em meio aos apelos da humanidade. Por isso, Sua escuta se “inclina” ao grito do leproso (Mc 1,40s), à prece silenciosa dos amigos do paralítico (Mc 2,5), ao desespero da hemorroíssa (Mc 5,28), à súplica de Jairo (Mc 5,36), ao sofrimento materno da Cananea (Mc 7,29), às lágrimas da pecadora pública (Lc 7,37s), ao clamor do cego Bartimeu (Lc 18,35-43), à súplica do bom ladrão (Lc 23,39-43). Vê-se que a ação de Jesus é acompanhada por uma atenta e constante escuta. Assim observam Besnard, Chapelle, Dubarle, Duval e Cardedal (1979): “o Filho não pode fazer nada por si mesmo; ele faz apenas o que vê o Pai fazer’ (Jo 5,19) [...] e o que o Pai concebe ou diz tem sua expressão viva no que o Filho declara” (p. 81).

Os Evangelhos narram como Jesus revelou o Pai por seus atos e palavras, pela sua doutrina e pelo seu silêncio. Vê-se como Jesus gostava de voltar à solidão; sempre que podia, mergulhava no regenerador silêncio da comunhão com o Pai. Por isso mesmo, estava também particularmente predisposto a ouvir o grito silencioso dos pobres (Béthune, 1995, p. 736).

1.2.2.2. Uma companhia em sua Paixão

García (2003) observa que Jesus, enquanto caminha rumo à cruz, adota uma postura de silêncio que não foi compreendida e que inquietou a muitos, inclusive seus discípulos (Mc 9,32). Assim, o Messias se escondia atrás de sua missão para que, somente depois da Páscoa, ficasse claro que o pregador era a própria pregação (Fernández, 2004). Nem sempre uma mensagem é bem transmitida pelo simples uso das palavras, mas, algumas vezes, somente encontra êxito no silêncio.

A comunicação salvífica, subentendida na fala e no silêncio de Jesus, parecia não caber na mente de seus ouvintes e seguidores. O Messias, cercado por um muro de incompreensão, experimenta a desproporção entre o esplendor de sua revelação e a limitada capacidade humana em abarcá-la. O Mestre das multidões, agora, por elas incompreendido é vitimado à solidão cultural na qual Ele, a Palavra, reveste-se do silêncio que dele mesmo procede (Besnard et al., 1979).

A paixão de Jesus está enquadrada, segundo Sesboüe (2002), dentro de um largo silêncio que é atravessado de pouquíssimas palavras e no qual, à medida que se aproximava a hora da cruz, acompanha-o em um processo no qual Ele vai se “calando” mais e mais. Esse silêncio se dá, com particular ênfase, quando Jesus aparece diante do sumo sacerdote (Mt 26,63; Mc 14,61), de Herodes (Lc 23,9) e de Pilatos (Mt 27,14; Jo 19,9). Cumprindo a profecia do servo sofredor, o Messias é delineado “como um cordeiro que é levado ao matadouro, como uma ovelha que diante daquele que a tosquia está muda” (Is 53,7-8).

No transcurso da paixão de Cristo, seus sucessivos silêncios expressam o amor que a ninguém condena e, ademais, que na cruz, expõe o mistério do silêncio do Pai (Schinella, 2005). Esse silenciamento é uma aparente experiência de distância, uma etapa decisiva no caminho terreno de Jesus e uma comunicação não verbal que ilumina todas as suas palavras anteriormente ditas (VD, 21). Como se pode observar, a via crucis é um forte tempo de silêncio do Filho que expressa escuta e assentimento aos planos do Pai (Jo 19,25-27).

Na cruz, Jesus não mostra somente que o silêncio é sua última palavra ao Pai, mas também revela que o Pai Lhe fala através do silêncio (Bento XVI, 2012b). A experiência do Crucificado revela a situação dos muitos peregrinos e migrantes da história que, igualmente marginalizados, compartilharam ou compartilham o Seu mesmo destino e junto aos quais o Pai, em misericordioso silêncio, pela entrega total do Filho, ouve o grito de toda a humanidade que clama por salvação (Nava, 2012).

Quando chegou a Hora em que cumpriu o desígnio de amor do Pai, Jesus deixa entrever a profundidade insondável da sua oração filial, não só antes de livremente Se entregar [...], mas até nas suas últimas palavras já na cruz, onde orar e dar-Se coincidem [...]. Todas as desolações da humanidade de todos os tempos, escrava do pecado e da morte, todas as súplicas e intercessões da história da salvação estão reunidas no brado do Verbo encarnado. E eis que o Pai as acolhe e as atende, para além de toda a esperança, ao ressuscitar o seu Filho (CCE, 2605-2606).

1.2.2.3. Um sinal de sua Ressurreição

Após a morte de Cristo, a tradição sublinha um longo período de silêncio que, ainda hoje, é destacado na dinâmica litúrgica da Igreja (Doig, 1987). Um silenciamento demonstrado pelos discípulos que, no pós-cruz, experimentaram o medo, a frustração e o desânimo que emudece. Assim, a comunidade discipular se deixou levar por uma nuvem de desilusão que a dispersou e que ameaçava sua solidez (Lc 24,13s). Por isso, o “silêncio da Palavra se manifesta em seu sentido autêntico e definitivo no mistério luminoso da ressurreição” (VD, 12).

Sesboüe (2002) observa que o silêncio dos discípulos somente foi rompido pelas sucessivas aparições do Ressuscitado que, ao recuperar Sua própria voz, restaura a palavra de Sua comunidade discipular. Em um sutil jogo de palavras e silêncios o Senhor Jesus, não preso ao tempo, segue nas diferentes épocas, gerações e lugares, elevando o silêncio e o confirmando como um meio indispensável ao reconhecimento de Sua presença viva em meio à humanidade. A ressurreição de Jesus é a última e definitiva “palavra” do Pai, dita desde o silêncio. Segundo Baez (2009):

Do grande silêncio da cruz germina a palavra da consolação e da profecia de um “novo céu e uma nova terra” (Ap 21,1). Com a palavra da páscoa, o silêncio da cruz se volta boa-notícia para todos aqueles que vivem submetidos e amedrontados frente à escravidão mortal (Hb 2,15), para todos os que, com Jesus, vivem e morrem à

margem da história, silenciados pelo mundo e, aparentemente, abandonados por Deus (p. 192).

Baez (2009) enfatiza, ainda, que o Ressuscitado, por suas aparições, recupera ou restabelece a comunhão verbal com os seus discípulos (Jo 20,11-18) e, após Sua ascensão, inaugura outra forma de silêncio comunicante: a do Espírito Santo. O “vento impetuoso”, que renova a comunicação, passa a ser Quem outorga a capacidade de entendimento perdida em Babel (Gn 2,1-9); por Ele, o silêncio se converte em impulso e fonte da linguagem universal (At 2,7s). Conforme o pensamento de Sesboüe (2002) é o Espírito divino que viabiliza a interpretação e o entendimento de tudo aquilo que a palavra poderia ocultar. Essa história salvífica, relatada do Antigo ao Novo Testamento, não se detém no tempo de sua emissão, mas se prolonga no tempo da eternidade.

Afirma Fernández (2004) que Deus segue falando em Seu Verbo e, mesmo incompreendido ou desconcertante, rompe todos os esquemas verbais ou grilhões linguísticos do vocabulário humano. Quando alguém tenta enquadrar e compreender a lógica da comunicação divina, a palavra sempre lhe “escapa”. O certo é que a profundidade da vida divina somente se tornará plenamente acessível quando se consumarem os séculos e o discurso histórico de Jesus se resumir no silêncio da eternidade.

1.3. Uma pedagogia

A Revelação de Deus vem se dando, desde as origens, no silêncio de suas ações. Dessa forma, o ser humano se conscientiza da pedagogia, progressiva e contínua, através da qual Deus se dá a conhecer. O silêncio não é somente um pano de fundo; é um elemento

dinâmico, pois pode vir a significar ou refletir indecisão (Gn 24,21), assentimento (Nm 30,5-16), complexidade (Ne 5,8), medo (Es 4,14), vergonha (Rm 3,19) ou confiança (Ex 14,44). Ao fim, como ressalva Ruiz (2005a), o silêncio divino ou humano sempre será, direta ou indiretamente, um ato comunicante.

No transcurso da história sagrada, o silêncio tomou feições negativas que o desagregou da palavra. Ao contrário de tal tendência, observa-se que Deus, para se revelar, também faz uso desse recurso da comunicação (Mt 11,25) para construir, santificar e redimir. “Deus fala e vem ao encontro do homem de vários modos, dando-se a conhecer no diálogo; o silêncio divino é a comunicação não verbal de um mistério que se comunica” (VD, 22).

März (1979) afirma que, dentre tantos métodos possíveis de comunicação, o mais dotado de eficácia própria é o silêncio. Deus se utiliza dos signos e dos sinais para, continuamente, chamar a humanidade à comunhão com Ele. E diante da surdez e da desobediência do ser humano Cristo é apresentado como a melhor e mais perfeita imagem de escuta e de plena entrega aos planos do Pai.

Partindo da afirmativa de que para tudo tem seu tempo, inclusive, falar e calar (Ecl 3,7), o diálogo no processo de formação sacerdotal tem, entre seus desafios, o de dar a justa atenção ao silêncio como um meio pedagógico. Considerando que, pelo silêncio, Deus fala à pessoa humana, uma proposta para o exercício do silêncio deve estar bem enquadrada no programa de formação sacerdotal, possibilitando autenticidade à escuta, ao discernimento e, além do mais, à própria vida daqueles que a tal ministério se sentem chamados.

Dentre os obstáculos para um silêncio positivo está a incapacidade ou a ausência receptiva do ser humano (Sesboüe, 2002), pois “Deus se comunica conosco, quer o saibamos ou não, mediante um contínuo processo [...]. Ele assim o faz, quer o identifiquemos ou não como a fonte da comunicação. Estamos sendo continuamente objeto de uma fala” (Barry & Connolly, 1987, p. 45). Nesse contexto, o justo equilíbrio entre palavra e silêncio, dentro do processo vocacional, necessita aparecer não como um mero elemento normativo, mas como um lugar pedagógico de formação, pessoal e comunitária.

Faz-se necessário e urgente que os aspirantes ao sacerdócio ministerial cultivem a dedicação à Sagrada Escritura e nela se aprofundem através da *Lectio Divina*, pois a “familiaridade com a Palavra de Deus facilitará o itinerário de conversão” e, conseqüentemente, alimentará a própria vocação (PDV, 47). Assim sendo, com vista ao exercício do ministério ordenado, aquele que almeja receber e fomentar uma boa formação sacerdotal deve participar no anúncio do Reino à semelhança dos profetas: atento para reconhecer nos sinais dos tempos o silêncio comunicativo de Deus.

Definitivamente, após esse recorrido bíblico, o silêncio é um eloquente indício e instrumento de vida, pois como a linguagem não termina no ato da fala, nele se encontra uma fonte de comunicação humana e divina (Von Balthasar, 2001). Essa afirmativa será ampliada, na próxima sessão, com o contributo de textos e de testemunhos dos Padres da Igreja. Acrescentar-se-á a essa proposta, o espaço pedagógico que é possível garantir ao silêncio na prática do inicial acompanhamento das vocações sacerdotais pela Pastoral Vocacional.

CAPÍTULO II

O SILÊNCIO NA PATRÍSTICA E NA IGREJA: UMA PEDAGOGIA EXPERIENCIAL

O silêncio é uma força de comunicação que deve ser interpretada, pois, na prática, pode guardar distintos significados (Sesboüe, 2002). Por isso, nesse capítulo, enfatizar-se-á a contribuição conceitual da Patrística⁴ para a compreensão do silêncio como uma pedagogia necessária à formação da pessoa humana. Para concretizar tal proposta, a seguinte interrogação servirá de fio condutor: Quais juízos são dados ao silêncio a partir do testemunho dos Padres da Igreja e qual sua aplicabilidade no acompanhamento inicial das vocações ao sacerdócio ministerial?

Sob a guia ecumênica, a Teologia é iluminada e necessita ser consolidada pelos pronunciamentos e escritos da Igreja primitiva, dentre os quais está a grande contribuição Oriental e a sábia palavra dos Padres do Deserto, através dos quais há sido comprovada a força viva da Tradição. Assim, a reflexão a ser desenvolvida, nessa sessão, estará enriquecida pelos bens espirituais da tradição espiritual dos grandes escritores eclesiásticos tanto orientais como ocidentais. O Decreto Unitatis Redintegratio diz:

No Oriente se encontram também as riquezas daquelas
tradições espirituais, expressas sobretudo pelo

⁴ Área da Teologia que se ocupa de estudar o pensamento dos Padres da Igreja, os escritores dos primeiros séculos, considerados iniciadores ou progenitores da fé cristã (Patiño, 2011, pp. 09-10).

monaquismo. Pois desde os gloriosos tempos dos santos Padres floresceu no Oriente aquela elevada espiritualidade monástica que, de lá, se difundiu para o Ocidente e da qual a vida religiosa dos latinos se originou como de sua fonte e, em seguida, sem cessar, recebeu novo vigor. Recomenda-se, por isso, vivamente que os católicos se abeirem com mais frequência destas riquezas espirituais que elevam o homem à contemplação das coisas divinas (n. 15).

A partir das referências teológicas dos primeiros séculos do Cristianismo, nota-se que o silêncio foi sendo intuído e, conseqüentemente, conceituado desde as mais variadas experiências religiosas. De fato, o silêncio não apareceu, inicialmente, já como uma esquemática elaboração teológica, senão que, partindo de uma prática espiritual, foi se desenvolvendo e sendo apresentado como um sinal de abertura espiritual à comunicação com Deus e com o ser humano (Rodero, 1993).

Tendo o silêncio diferentes sentidos, faz-se notar que para seu correto entendimento, sim, são necessários parâmetros e, não menos, habilidade para seus intérpretes, para que, com diligente atenção, encontrem nele um meio transmissor ou receptor de informações e, ainda, uma ativa pedagogia para ouvir mais e falar oportunamente (CNBB, 2005). Depois de recorrer passagens bíblicas e encontrar o silêncio de Deus como abertura e comunicação, o contato com os Padres da Igreja é de suma importância para constatar que tal prática tem alcance histórico e há se refletido e reflexo na vida cotidiana da Igreja desde os primeiros séculos.

2.1. Nos ensinamentos dos Padres da Igreja

Patiño (2011) lista entre as principais fontes da formação sacerdotal, depois da Sagrada Escritura, o ensinamento dos Padres da Igreja que, além de testemunhal, é uma fonte teológica, cultural, espiritual e pastoral. A essa afirmativa, a Congregação para a Educação Católica (1989) endossa que os Padres da Igreja figuram como as privilegiadas testemunhas da Tradição e, desde o início do cristianismo e através dos séculos, seguem indispensáveis ao Magistério eclesial.

Diante da interessada busca por conteúdo patrístico, pode-se observar que a prática do silêncio não é uma temática da qual muito se tenha escrito, por isso, descobrir textos com essa temática do silêncio, por mais que tenha sido uma tarefa complexa, antes, constituiu-se um desafio proveitoso. Os relatos localizados deixaram claro que o silêncio recebe um grande valor junto à interioridade da vida espiritual e à conversação comunitária.

Nos escritos dos Padres da Igreja, o silêncio é uma prática incisivamente recomendada que, não somente auxilia no desenvolvimento da escuta, mas impulsiona a pessoa humana ao adequado uso da palavra nas relações fraternas. Para que o silêncio seja verdadeiro é preciso estar paralelamente vinculado à palavra dita com sabedoria, pois calar e falar não são buscas opostas, palavra e silêncio devem ter medidas e manter a unidade no processo da comunicação humana. A esse respeito Grün (2004) apresenta a seguinte inquietude:

Pensemos em uma pessoa que parece guardar silêncio,
mas que não deixa de julgar aos demais. Na realidade,
uma pessoa assim fala sem parar. Pensemos, ao contrário,

em outra pessoa que fala desde a primeira hora da manhã até a noite e, ainda assim, consegue guardar silêncio, quando se mantém útil em tudo aquilo que diz (p. 36).

No intuito de ampliar um pouco mais as fontes de pesquisa sobre o silêncio nos inícios da Igreja, far-se-á uso de comentários interpretativos de autores que, afortunadamente, abordaram tal temática e buscaram mostrar seu valor dentro dos escritos patrísticos e nas regras da vida monástica. Todo esse procedimento deve servir de contributo para o reconhecimento do silêncio como um instrumental pedagógico para atenta e acolhedora escuta humana (Torralba, 1997).

2.1.1. Um gesto de cordialidade espiritual

Nos diferentes modelos de expressões não verbais da comunicação humana, destaca-se o silêncio. Na visão dos padres apostólicos e gregos, esse silêncio é uma dádiva do Criador que, desde o princípio do mundo, nele se abriga e por meio dele se deixa conhecer e se encontrar. Por considerar que o verbal nem sempre cumpre eficazmente seu papel na comunicação, algumas afirmações dos Padres da Igreja, deixam entrever que o legítimo diálogo se dá em meio à luta em falar contra as palavras; na troca de silêncios; no domínio sobre o falatório (Baldini, 2002).

Ainda que a comunhão com Deus se efetive por um balaço entre silêncio e palavra, a melhor forma de diálogo com Ele, bem antes do nobre uso da palavra, é a escuta íntima de Sua voz presente na história e na vida humana. A partir desse fio teológico, Inácio de Antioquia recorda que os grandes mistérios da Salvação se realizam sob o véu de um

silencioso agir e, para exemplificar, faz alusão à encarnação do Verbo: a Palavra que nasce do e no silêncio (Schinella, 2005).

O Verbo se fez carne, por isso Deus está perto; a Palavra mais suave, no mais silencioso âmbito do coração humano, a Palavra do amor, encontra seu ouvido [...]. É preciso estar sossegado, não temer a noite, guardar silêncio. Do contrário, não se ouvirá nada. Graças à chegada plena do Verbo [...] o último e definitivo se diz somente no silêncio da noite (Rahner, 1979, pp. 101-102).

Ao considerar que a comunicação dos mistérios salvíficos se realiza dentro da conjuntura histórica da humanidade, saber silenciar é uma condição para o reconhecimento dos apelos divinos encerrados nas mais diferentes situações e lugares do mundo. É nesse silêncio que se enquadra o despertar vocacional ao sacerdócio, um convite que desponta de determinados contextos, sociais e eclesiais, onde os vocacionados devem estar inseridos e para os quais serão enviados a anunciar o Evangelho (PDV, 5).

Santo Inácio de Antioquia relembra, ainda, que o cristão não deve buscar se distinguir somente por seus feitos, mas, principalmente, por sua capacidade de silenciar diante da Palavra. Dessa maneira, além do silêncio significar freio às palavras vagas, também expressa resistência ao ambicioso ou ilusório desejo de reter a razão e a verdade em uma conversação. “O silêncio é uma ajuda eficaz para estar atento a Deus que fala, ou atento ao próximo que expressa e revela, comunica ou partilha um pouco de si mesmo” (Sánchez, 2002, p. 82). É

justamente nessa experiência de diálogo que, para Santo Irineu de Lyon (1992), possibilita-se ao peregrino a recompensa de encontrar o outro dentro do mesmo silêncio que o alenta.

Se a comunicação não é, obrigatoriamente, é sustentada por palavras, a oração muito menos o seria. Assim escreveu São Clemente de Alexandria (2005): “mesmo quando sussurramos as palavras em voz baixa; mesmo quando sequer desprendemos os lábios [...], um grito brota de nosso coração e Deus ouve esse clamor silencioso” (p. 411). O silêncio da pessoa humana, mais que um resultado técnico, deve ser fruto de sua gratuita disposição interior.

Para São João Crisóstomo, o prestígio dado ao silêncio aparece na eloquência e no teor de suas pregações. Ao considerar que o silêncio trabalha e fundamenta a boa palavra, afirma que tal saber, além de prudente para todos, deve ser uma constante dos nobres que detêm alguma posição prestigiosa na sociedade e uma, imperativa, característica dos sacerdotes. Tamanha era sua reverência ao poder do silêncio que chegou a ponderar em uma de suas exortações: “Ou guardas silêncio ou dizes algo que seja melhor que o silêncio” (Doig, 1987, p. 59).

É no silenciar diante de Deus que se pode melhor conhecer Seus planos e reconhecer Seus apelos, pois o Senhor da messe fala no silêncio, ou melhor, comunica-se sem palavras através da realidade circundante. Por isso, a Igreja permanece comprometida a educar-se e educar no silêncio, oferecendo os meios e promovendo espaços para capacitar a seus membros nesse processo de reverencial e dialógico encontro humano e divino.

2.1.2. Uma dinâmica da vida cristã

O silêncio é um ato operativo, também acentuado entre as virtudes porque outorga à pessoa “não só praticar atos bons, mas dar o melhor de si” (CCE, 1803). Partindo de tal afirmativa, os padres capadóciolos e latinos, dentre os quais São Gregório de Nissa, recordam o silêncio como uma manifestação de Deus que desperta o ser humano e o encaminha ao encontro de Sua vibrante presença (Schinella, 2005). Nesse encontro com Deus, ao que o excesso humano de palavras impediria o intercâmbio, a falta de uma escuta atenta impossibilitaria a verdadeira comunhão. Assim, assegura Della Croce (1984): perante o divino, o único cântico possível é o próprio silêncio.

São Gregório Nazianzeno é outro que, após receber o batismo, optou por viver um estilo de vida monástica, “correu” ao encontro de Deus presente na quietude e na solidão desérticas (Patiño, 2011). Sem dúvida, o silêncio encontrado no deserto é um lugar e um manancial para o progresso na vida interior; um local de fuga e de espera onde tudo cala e tudo fala. O deserto, habitado por um silêncio que é pura gratuidade (Silva, 2011), “é ardentemente desejado porque é um lugar de silêncio, um refúgio do barulho e da agitação urbana. Os místicos vão para ao deserto em busca de um sereno silêncio, de si mesmos, de Deus” (Nava, 2012. p. 6).

A prática consciente e educada do silêncio, como vem sendo contextualizada, é o que pode garantir prudente maturidade a quem busca desviar-se do palavreado vazio e da convivência superficial. Ao contrário, quando alguém foge do silêncio, na realidade, esquivar-se de si mesmo, receando olhar a própria interioridade, negando conhecer seu íntimo e temendo despertar para tudo aquilo que, aparentemente, vive guardado sob a proteção dos

ruídos externos. Santo Ambrósio de Milão (2007) ratifica que o silêncio é, para quem o pratica, sinal de uma escuta lúcida do mundo interior; um ouvir que previne a ineficácia da palavra na comunicação.

Se há um tempo para falar e outro para calar, existe o tempo da palavra e o tempo do silêncio. Logo “se temos que dar conta de nossas palavras ociosas, também daremos conta de nosso ocioso silêncio” (Rodero, 1993, p. 158). Tertuliano, o fundador da teologia ocidental, entende o silêncio como a sensata medida que rege o uso das palavras (Patiño, 2011). No momento em que é necessário comunicar algo, o silêncio deve ser o impulso e o filtro da palavra que, mesmo tendo tanta importância para o diálogo, espiritualmente, é a mais viva forma de humildade.

Patiño (2008) atenta que a conversão de Santo Agostinho de Hipona se deu por uma dupla escuta: da pregação de Ambrósio e das “várias pessoas que lhe deram exemplos de alguns que haviam deixado o mundo” (p. 132). De alguma maneira, o Bispo de Hipona, ao mesmo tempo em que orientava, era adepto da escuta gentil e da fala moderada: “Sê firme em teu sentimento e seja uma a tua palavra. Sê pronto para escutar, mas lento para dizer a resposta” (Eclo 5,11s). Santo Agostinho, intitulado “Doctor Gracie”, ensinava: com as palavras e com o silêncio, o louvor a Deus, inevitavelmente, deve ser o resultado do silêncio interior e da escuta prazerosa (Vale, 2009).

Observando alguns escritos de São Gregório Magno (1993), reforça-se a ideia de que o silêncio é um requisito ao prudente falar e, em contrapartida, um refúgio aos que se atemorizam frente à verdade. Depois de abandonar a vida política e se tornar monge, São

Gregório, defendia o silêncio como uma prática recomendável para todos os cristãos, sobretudo, para os sacerdotes. E, com os seguintes termos, expôs em sua “Regra pastoral”:

O Pastor deve saber guardar silêncio com discrição e falar com oportunidade, de modo que nem diga o que deve calar, nem cale o que deve dizer. Porque assim como a palavra indiscreta leva ao erro, também o silêncio imprudente confirma no erro os que deviam ser ensinados. Muitas vezes os pastores incompetentes, pelo temor de perder a estima dos homens, não se atrevem a dizer livremente a verdade; e deste modo, segundo a palavra da Verdade, não atendem à guarda do rebanho com o zelo de verdadeiros pastores, mas comportam-se como mercenários: fogem ao vir o lobo, refugiando-se no silêncio (p. 196).

Os escritos dos Padres da Igreja deixam claro ou evidenciam que o silêncio, processualmente, vai ganhando feições e marcas teológicas que fortalecem a experiência religiosa e confirmam a importância ou aplicabilidade desde a vida em comunidade. Não somente para a conversação externa, mas para o diálogo íntimo e interior o ser humano necessita silenciar “graças a Deus, também a alma tem suas exigências” (Bento XVI, 2011a). Depois de tal apreciação, o próximo passo é averiguar, a partir do ritmo e vida monásticos, o silêncio como uma prática “espiral”, isto é, pedagogicamente contínua (Zuloaga, 1990).

2.2. No deserto e na vida monástica

É pelo silêncio que Deus revela seus planos e se faz, pedagogicamente, instrutor da pessoa humana. Também, encontra-se no silêncio o melhor modo de alguém responder à própria vocação e, assim, espelhar-se em Jesus que, como Mestre, revela-se ao mundo como “o primeiro, sublime e inigualável caso de escuta da vontade do Pai” (Zuolaga, 1983, p. 1983). Por esse motivo, a presente investigação passa a destacar o silêncio na prática dos monges e daqueles que buscaram o silêncio no deserto.

No cotidiano do ritmo monástico, o silêncio recebe seu valor próprio tanto quanto na vida de cada cristão; é, assim, considerado, desde o início do monaquismo, como um elemento próprio da vida, do ser e do agir dos monges; sempre foi considerado como meio facilitador para a se crescer na oração, para se alcançar a pureza de coração e progredir na união com Deus (Villa, 2009).

2.2.1. Uma característica da solidão

Nos escritos dos monges e dos padres do deserto o silêncio permanece não concebido como regra ou norma de vida, pois o valor que lhe é atribuído incide, principalmente, no campo experiencial da convivência e da oração. Ainda assim, o silêncio, mais que um simples momento de programada solidão, é um instrumental usado para marcar o ritmo cotidiano de cada religioso (Grün, 2004). Partindo dessa constatação, um perceptível avanço no modo de conceber o silêncio está no fato de que sua prática supera a questão técnica, passa a ser assumido em um formato mais contínuo por aqueles que buscam profundidade na escuta.

“O deserto é o símbolo por antonomásia da solidão, da interiorização. Os grandes místicos de todos os tempos se retiravam ao silêncio para pensar, reconhecer e encontrar a si mesmos” (Torralba, 1997, p.153). Se um peixe morre fora da água, semelhantemente, perece o peregrino do deserto que não vive do silêncio e na solidão. Aqui, o termo solidão não é sinônimo isolamento, mas uma experiência para “por” o ser humano diante de Deus e de si mesmo.

Vale (2009) compreende que o silêncio da vida monástica corresponde a um sinal de sabedoria e um traço da prudência humana. Partindo de tal compreensão, Doig (1987) assegura que uma pessoa experimenta o verdadeiro “silenciamento” quando, calados os lábios, nada balbucia ou murmura interiormente, pois o real sentido do silêncio monástico consiste na integração entre a prática externa e o equilíbrio interior.

2.2.2. Um ponto de equilíbrio nas relações fraternas

São Bento, frente à relevância do silêncio, regula-o a partir da compreensão de que calar e falar formam um processo “autoimplicativo” para o ser humano, ou seja, ao mesmo tempo em que lhe expande o conhecimento do mundo exterior, permite que ele se encontre com a própria intimidade (Veiga & D’Ávila, 2008). Com isso, dar-se a conhecer que o silêncio se concretiza tanto no âmbito exterior como interior e, ainda, que cresce em valor à medida que se constitui não só uma “luta contra os vícios, mas, também um sinal de vitória sobre eles” (Grün, 2004, p. 45).

Segundo os esclarecimentos feitos por Aranguren e Colombás (1993) à regra de São Bento, o silêncio é descrito como uma qualidade pelo fato de ser ele o impulso e a origem

para o falar comedido e sábio. Isso implica dizer que, mesmo sendo traduzido como “nada dizer” (silere), o silêncio tem como fim promover o “bem falar” (taciturnitas). Assim, tanto o silêncio como a palavra necessitam de constante vigilância, pois, da mesma forma que ao olhar humano existem pontos cegos que escondem alternativas, há também o discurso surdo pelo qual se pode silenciar, com palavras, sem nada de útil exprimir (Goya, 2008).

São Bento fala da taciturnidade, não fala do silêncio absoluto, mas de um silêncio monástico válido para todo cristão [...]. Os monges falem o necessário para ter uma comunicação efetiva [...], funcional e caridosa. Todo silêncio vivido num ambiente religioso, leva pouco a pouco a pessoa a que vá integrando e reestruturando seu ser enquanto avança no caminho que a conduz a Deus (Villa, 2009, pp. 92-96).

Para São Bruno, fundador da Ordem Cartuxa, o melhor “lugar” para encontrar a Deus é no silêncio total. Afirmava ele, ainda, que a vida humana deve ser habitada por um silêncio que a transforme em um retiro permanente para que, edificado na radical solidão, reflita um ardente testemunho de desapego material e plena entrega a Deus (Vale, 2009). A vida silenciosa seria aterradora se o silêncio nela empregado se resumisse à ausência de conversas e ruídos, mas, para o cotidiano monástico, o ato de silenciar é a expressão mais perfeita de disponibilidade e entrega (Guardini, 2009).

Para solidificar a vida silenciosa dos monges, São Bruno observava que os benefícios gerados pelo silêncio somente chegam a ser conhecidos por aqueles que se empregam a tal

experiência, pois é na solidão que “Deus dá a seus atletas, pelo labor do combate, a recompensa desejada: uma paz que o mundo ignora” (Lepargneur, 2004, p. 61). Uma comunidade formativa, como no ambiente dos mosteiros, deve-se revestir de uma condição tal que favoreça a busca e o encontro do silêncio interior; um lugar impregnado da atenção aos apelos divinos, pois “sempre que Deus prepara uma coisa nova, prepara-a no silêncio” (Font, 2010, p. 340).

Constata-se que o silêncio monástico é mais que um item, programa ou regra disciplinar; é um eixo que na comunicação se integra e, assim, adquire valor e significado para as relações humanas, tornando-as mais fraternas (Bento XVI, 2012a). Considerando que o excesso ou futilidade das palavras podem sufocar o diálogo e impossibilitar a criteriosa palavra. Indiscutivelmente, o silêncio não só deve se antepor, mas subsidiar toda conversação, pois o silenciar tanto habilita o monge à escuta quanto o potencializa ao domínio de sua própria fala (Ginel, 2002).

Se nas relações interpessoais o silêncio é ponto de harmonia e entendimento, fica fácil de entender o porquê de algumas pessoas terem dificuldade em lidar com outras; falta-lhes aquele silenciar que permite o intercâmbio no envio e na recepção da palavra. Realmente, sempre será muito complexo manter um relacionamento com alguém que não edifica quando fala ou, pior ainda, com quem não sabe calar para ouvir (Chialà, 2011).

No ritmo da vida monástica, o processo de crescimento religioso se concretiza no modo como cada monge conversa, escuta, responde, enfim, no jeito que ele se relaciona com Deus e com os outros. “É bom esperar em silêncio a salvação” (Lm 3,26). Portanto, o silêncio

não só é uma eventual normatividade religiosa, mas um elemento experiencial na vida religiosa e um mecanismo reconstrutor das relações humanas (Martini, 1998).

2.3. Na Pastoral Vocacional

“O termo ‘vocação’ deriva de uma palavra que significa ‘chamado’ e que, hoje, exprime mais que uma ‘inclinação’ ou ‘aptidão’ para fazer alguma coisa ou para ser alguém [...]; é o apelo de Deus que chama para uma missão ou serviço” (CNBB, 1983, pp. 16-17). Para esse chamado, de iniciativa divina, a primeira atitude de acolhida é e só pode ser a escuta. Quando alguém silencia para ouvir um chamado interior, vocacionalmente, já oferece o “sim” da disposição e da disponibilidade ao encontro consigo mesmo e com a Verdade que dá sentido a vida (Bento XVI, 2012a).

Considerando que “a razão mais sublime da dignidade humana consiste na sua vocação à comunhão com Deus. Desde o começo da sua existência, o homem é convidado a dialogar com Deus” (GS, 19) e visto que a vocação é fruto do diálogo de Deus com o ser humano, o silêncio tem sua abordagem junto à Pastoral Vocacional como uma reconhecida e permanente linguagem de intercâmbio e integração, pois, nesse âmbito, tanto chamado como resposta se unem e se reclamam a partir da lógica da escuta.

2.3.1. Um elemento essencial da vocação

A vocação é o silêncio no qual o ser humano encontra seu chamado e através do qual busca descobrir para onde lhe dirige o “sopro” da vontade divina, daí a importância do silêncio como ferramenta pedagógica para acompanhar ou orientar aqueles que se sentem

chamados ao sacerdócio ministerial, pois do Deus que fala “sem palavras” é que a pessoa humana recebe sua vocação (Torralba, 1997).

O chamado divino encontra no silêncio seu “habitat” natural. Somente, assim, no absoluto silêncio, é que se pode principiar uma melhor escuta (Font, 2010). A “voz do Senhor, que chama, não deve ser de maneira nenhuma esperada como se tivesse que chegar aos ouvidos do futuro sacerdote de um modo extraordinário”, visto que já está se encontra imersa nos indícios da realidade (PO, 11). Por isso, o silêncio, não restrito à técnica, é caminho de abertura e atenção à vontade divina que, de maneira misteriosa, manifesta-se nos acontecimentos da vida. Isso implica dizer que a ação eclesial não pode se desvincular das alegrias, esperanças, tristezas e angústias da humanidade, mas seguir atenciosa “aos sinais dos tempos, e interpretá-los à luz do Evangelho” (GS, 1).

Atualmente, nota-se que à sociedade e especialmente aos jovens se sobrepõe “um ambiente de ruído que cala as vozes do interior, que distrai da própria interioridade e da voz de Deus” (Villa, 2009, p. 84). A essa cultura é importante conscientizar quanto à necessidade de aprender e saber silenciar, principalmente, apresentando os extraordinários favores que o silêncio traz em si. Nessa mesma linha de pensamento, que confronta silêncio e cultura moderna, Grün (2004) sublinha:

Para alguns o silêncio é uma regressão, uma volta à falta de responsabilidades de que se desfruta no regaço materno. Este perigo ameaça, sobretudo, aos que querem se submeter rapidamente ao silêncio como único caminho. Desejam seguir sentindo-se protegidos no silêncio;

negando-se a ver suas imagens oníricas sendo destruídas pela luta da vida. Assim, o silêncio se converte num apego obstinado a si mesmo (p. 58).

Em contrapartida, é justo reconhecer, que são muitos os que já vivem sob os benefícios do silêncio, seja para o encontro pessoal, a libertação interior, o desprendimento material ou para a busca unidade com o divino. Destarte, à semelhança do silêncio, a vocação não pode ser resultado de uma egocêntrica curiosidade, mas fruto da sincera escuta que permite ao ser humano responder ao chamamento divino, um convite que abrange sua vida em todas as extensões (Villa, 2009). Por isso, a ação da Igreja, para ser efetiva, deve se manter em profunda comunhão com a caridade de Cristo Bom Pastor que chama e conhece suas ovelhas pelo nome e que, conseqüentemente, se elas o seguem é porque conhecem Sua voz (PDV, 13; 23).

Verifica-se, sobretudo, âmbito interno da Igreja, que persiste uma preocupação em supervalorizar os números que mostram a realidade do sacerdócio ministerial. Essa lógica quantitativa, ainda que seja uma legítima inquietação, não convém que ecloda desacompanhada do, igualmente preocupante, desafio de ter um itinerário de formação sacerdotal que tanto proponha quanto reflita o perfil de Sacerdote que seja correspondente aos tempos atuais. Em meio a uma possível crise vocacional, não se pode deixar de considerar que as vocações não são dígitos; são dons. Daí, então, uma dificuldade reflexiva: Deus tem deixado de chamar ou o ser humano de escutar?

Ainda que o Rito de Ordenação promova um leigo ao estado clerical, por si, não converte um clérigo em pastor. Tendo em consideração que, nesse rito sacramental, o que é

mais importante se realiza sob o silêncio (Grün, 2006), não é por isso que o ordenado já se torna, subitamente, silencioso e sábio ouvinte. É preciso atentar que a barreira imposta ao silêncio na vida moderna também está incutida na visão dos que são chamados ao sacerdócio ministerial. Os “filhos do hoje” andam com os ouvidos cheios de ruídos, não tendo facilidade para a escuta e, às vezes, muito menos para os processos de formação extensos.

O nosso tempo não favorece o recolhimento e, às vezes, perdura o medo de se separar, por um só momento, dos instrumentos de comunicação de massa. Por isso, hoje, é necessário educar o Povo de Deus para o valor do silêncio. Redescobrir a centralidade da Palavra de Deus na vida da Igreja significa, também, redescobrir o sentido do recolhimento e da tranquilidade interior (VD, 50).

Para uma conveniente recepção do chamado divino é imprescindível a busca por um silêncio mais profundo que não seja somente fruto do não falar, mas o reflexo de uma escuta prudente, dialógica e gratuita. Martini (1998) cita Santo Agostinho para descrever que a vocação é um encontro semelhante à comunicação que sai do coração de uma pessoa e busca o interior da outra e esta, mesmo cansada, distraída ou fatigada, esforça-se por manter uma escuta atenta e acolhedora.

2.3.2. Uma prática no acompanhamento às vocações

O silêncio é um dos métodos aconselhados para o serviço de acompanhamento às vocações, já que, nele, o orientador ou promotor vocacional, no contato com os

vocacionados, encontra um canal para a confiança e um reflexo de sua disponibilidade. Especialmente nos primeiros contatos ou encontros, deve primar um silêncio que dê tom à fraternidade mútua, conscientes que “não é ainda o momento da discussão, do confronto, das interpretações e do discernimento” (CNBB, 2005, p. 59).

Uma vez iniciado a caminhada para o discernimento vocacional, o silêncio deve ter lugar garantido em todo seu transcurso formativo e, assim, favorecer uma autêntica socialização entre os envolvidos em tal processo. Além disso, no planejamento desse trabalho vocacional, é importante programar momentos e viabilizar as experiências do silêncio, pois diante de uma cultura que pouco valoriza a escuta, é imperativo educar a cada vocacionado para discernir a vontade divina a partir da própria interioridade (Rodero, 1993).

No acompanhamento vocacional, tanto os vocacionados quanto os que colaboram nesse serviço devem procurar crescer, técnica e humanamente, na vida de silêncio. Para tanto, não é obrigatório criar ou buscar novas formas instrumentais, mas dar aplicabilidade aos espaços de silêncio possíveis e já existentes na ação da Pastoral Vocacional, como, por exemplo, a denominada “autobiografia” ou mesmo a “entrevista pessoal”, meios para ocasionar um maior conhecimento da história de um vocacionado, alimentar o diálogo e, principalmente, possibilitar que sua vida seja “ouvida”.

Ao considerar que um diálogo nunca é feito unicamente de palavras; que não se restringe a um antes e depois, mas se sustenta enquanto há intercâmbio entre quem fala e quem escuta (Dall’Agnol, 2007), compreende-se, ainda melhor, a missão da equipe de Pastoral Vocacional: disponibilizar, mediante respeito e paciência, um serviço que concretize a experiência e o exercício de “ouvir, sem interromper” (Eclo 11,8).

Como o silêncio, às vezes, também pode servir para ocultar informações, a família é uma importante referência para conhecer melhor a um vocacionado e, mesmo não sendo uma referência absoluta, permanece como a estrutura e o agente principal do processo de formação humana, em seus traços externos ou internos (Torralba, 1997). Quanto mais se desenvolve a criança rumo à maturidade e à autonomia, tanto mais a sua vocação individual se afirma, “os pais devem respeitar este chamamento e apoiar a resposta dos filhos” (CCE, 2232).

Essa cercania com a família é ou pode ser uma oportuna fonte de orientação no processo de discernimento vocacional, considerando que o lar é onde mais facilmente se podem reconhecer os traços da herança cultural que se perpetuam em seus membros, sua forma de pensar, de crer e de relacionar-se. E, já que “o contexto pode ajudar ou pode obstaculizar o desenvolvimento da vocação” (CNBB, 2005, p. 11), em algumas circunstâncias, a visita para escutar aos familiares do vocacionado pode “falar” muito mais dele que ele mesmo. O Decreto *Optatum Totius* afirma:

O dever de fomentar as vocações pertence a toda a comunidade dos fiéis que as deve promover, sobretudo, mediante uma vida plenamente cristã. Para isso concorrem não só as famílias que, animadas pelo espírito de fé, de caridade e piedade, são como que o primeiro seminário, mas também as paróquias, os educadores, os sacerdotes, os bispos (n. 2).

Conhecer a comunidade de origem e dialogar com o respectivo pároco dos vocacionados, também, configura-se como um gesto de apreciação à sua história e de confronto com sua realidade eclesiológica, para melhor perceber a consistência de suas motivações vocacionais. Diga-se, ainda, que o discernimento das vocações sacerdotais demanda um real engajamento comunitário, pois o serviço aos irmãos, a vida paroquial e pastoral fundamentam ao ministério sacerdotal que se não acontece numa comunidade, necessariamente, a ela conduz (CNBB, 1983).

Ao dizer que é imperativa a necessidade de um silêncio pedagógico junto ao acompanhamento das vocações, não se busca defender que tal prática conste de um simples calar, mas de uma atenta e respeitosa que afiance o conhecimento de tudo aquilo que, muitas vezes, “se oculta atrás da palavra” (Schinella, 2005, p. 1060). Esse é o silêncio que capta os sofrimentos, os sentimentos, os medos e as alegrias que o discurso poderia encobrir.

Desse modo, o orientador vocacional, inspirando-se no agir de Jesus, necessita ser amante do silêncio para que, por uma leal escuta, obtenha acesso à voz de Deus e à Sua santa vontade. Afinal, “como poderia educar ou orientar os outros à escuta, se ele próprio não a pratica?” (CNBB, 1983, p. 66). Por essa interrogação, o silêncio abrange, compromete e impeli toda a Igreja em sua ação e em seus agentes pastorais.

Dentro do dinamismo que o silêncio impõe, seja na vida monástica ou no inicial processo de formação ao sacerdócio, saber ouvir é uma aprendizagem de importância capital, pois as palavras podem, ao mesmo tempo, descobrir ou revelar, restringir ou camuflar. Consequentemente, pelo fato de que o discernir vocacional carece de uma escuta atenta, o silêncio não pode ser improvisado, mas, antes, um encorajado, pretendido, cultivado e

profissional exercício. Sem esse silêncio não há escuta e, conseqüentemente, não se pode falar em vocações, tampouco a elas oferecer um hábil acompanhamento (Dall’Agnol, 2007).

2.4. Uma pedagogia

A “teologia” dos Padres da Igreja não mostra o silêncio como uma temática intelectual ou normativa; revela-o como um recomendável e sábio exercício para o cotidiano religioso (Sánchez, 2002). De modo geral, o silêncio aparece como uma fonte de abertura à vida comum e a força que subsidia ou desperta palavra útil, principalmente, frente a Deus, a Quem nenhuma palavra é suficientemente expressiva. O Senhor da Messe chama a partir do silêncio e remete ao mesmo silêncio aquele que por Ele é chamado, pois “é o silêncio que ajuda o ouvido captar a palavra” (Grün, 2004, p. 87). Indiscutivelmente, ao tempo em que o silêncio promove a escuta, sem ele nenhuma espiritualidade ou vocação poderia subsistir (Valle, 2009).

A partir dos subsídios apresentados, pode-se assinalar que, pela vocação, o ser humano é convidado a uma partilha ou doação de vida, a uma saída de si mesmo para ir ao encontro do Outro e dos outros e, nesse movimento, o silêncio, além de uma experiência vocacional; é um ato de abertura aos mistérios divinos vivos na humanidade (Baldini, 2002). No entanto, não é de todo correto afirmar que o silêncio é a garantia para que o vocacionado responda positivamente a um chamado, pois, como ouvinte, ele permanecerá livre para responder ou não ao que lhe foi dado ouvir (Barry & Connolly, 1987).

Os Padres da Igreja e os homens do deserto, em seus escritos, mostram que o silêncio, além de uma necessidade religiosa, é um exigente processo de amadurecimento e crescimento

peçoal. Ainda que entre os escritos dos primeiros séculos o silêncio não seja categoricamente conceituado, isso não o desprestigia, ao contrário, ressalta o aspecto prático de seus atributos. Assim, no silêncio, o homem expõe sua nudez e pequenez frente ao soberano e dignificante chamamento de Deus (Bento XVI, 2011b).

O silêncio que gera a paz interior possibilita ao ser humano discernir sua vocação e, ainda, comunicar sua resposta com maior limpidez (Chialà, 2011). Santo Inácio de Antioquia, diz que todos os mistérios divinos estão ligados ao silêncio (VD, 77), por isso, a vocação, como iniciativa de Deus, é uma comunicação que chega ao homem através dos sinais presentes na realidade histórica e que, também, “converte os ‘falantes’ em sujeitos de um intercâmbio” (Schinella, 2005, p. 1051). Destarte, o ser humano, sociável por natureza, dinamiza sua própria vida a partir do silêncio e, neste, encontra um elemento de linguagem através do qual todos “são receptores não só de emissões extrínsecas, mas também próprias, de maneira que todo emissor se faz, ao mesmo tempo, receptor e, portanto, intérprete” (Pescador, 1984, p. 33).

Segundo Dinouart (1999), “o primeiro grau da sabedoria é saber calar; o segundo é saber falar pouco e ser moderado no discurso; o terceiro é saber falar muito, sem falar mal e sem falar demasiadamente” (p. 49). Por isso, o silêncio, como facilitador da escuta, irrompe positivamente prática seja entre os primeiros escritores eclesiásticos, seja no dinamismo do acompanhamento vocacional. Essa imagem pedagógica de um silêncio exterior e interior, base da vida e da formação humana, ampliar-se-á, no próximo capítulo, ao ser focado dentro das etapas do processo de formação ao sacerdócio ministerial.

CAPÍTULO III

O SILÊNCIO NA COMUNIDADE DE FORMAÇÃO: UMA PEDAGOGIA FUNDANTE

O chamado vocacional é um mistério insondável e, ao mesmo tempo, um apelo que suscita a resposta humana ao chamado divino que “se faz ouvir na intimidade do seu coração” (GS, 16). Para o encontro entre a palavra e o silêncio vocacionais, faz-se necessário assegurar um espaço que colabore, suficientemente, ao discernimento e ao acompanhamento daqueles que são chamados ao sacerdócio. Nesse contexto, surge a Igreja, não só como promotora, mas responsável em acolher de forma eficiente e concreta tais vocações (PDV, 63).

Após a abordagem e a funcionalidade dadas ao silêncio na Pastoral Vocacional, é o itinerário formativo, nas etapas do Seminário Menor, Propedêutico, Filosofado e Teologado, que será tomado como fundamental espaço para a valorização de um silêncio educativo que perpassa todas as suas áreas: “humana, intelectual, espiritual e pastoral” (PDV, 42). Essas “dimensões da formação correspondem às exigências essenciais da identidade e missão dos presbíteros [...], devendo ser definidas e integradas harmonicamente ao longo do processo formativo em um consistente projeto pessoal de vida” (DFPIB, 246). Dessa forma, o silêncio deverá ser focado de maneira prática na comunidade de formação, destacando seus diferentes significados e possíveis fins pedagógicos. Segundo Ortíz (2010):

As quatro dimensões, com seus correspondentes dinamismos, têm seu ponto de encontro na pessoa do discípulo. Por isso, as dimensões não podem ser admitidas como compartimentos apartados dentro do sistema de formação; cada dimensão tem sua especificidade e, ao mesmo tempo, uma íntima correlação com as demais (p. 52).

Nesses espaços, o silêncio não deve se limitar a momentos estanques ou a atitudes passageiras, mas, antes de tudo, necessita ser um termo da vida cotidiana de formação para que, futuramente, possa ser reflexo concreto da caridade pastoral de Cristo, no ministério dos presbíteros. Mas, para que isso aconteça é necessário desdobrar a seguinte questão: Onde e como pode ser empregado o silêncio nas etapas e dimensões do processo de formação sacerdotal?

Diante da realidade moderna, nas comunidades de formação ao sacerdócio, também, ingressam jovens não educados ou “mal-educados” no que se refere ao silêncio. Por isso, aparecerão destacadas, aqui, situações onde o uso do silêncio deve servir de apoio sistemático, gradual, progressivo e pedagógico à comunicação; um exercício que tanto pode beneficiar o aluno⁵ como a seus respectivos formadores. A prática do silêncio deve se converter em um valorado mecanismo de aprendizagem àqueles que caminham rumo ao ministério sacerdotal, orientados por um programa formativo que, segundo o Decreto

⁵ Termo traduzido do latim “alumnus” para designar uma pessoa inserida em um processo de educação. Nesse contexto, a expressão aluno toma o significado, então, da criança acolhida, cuidada e alimentada intelectualmente por um mestre (Casares, 1975, p. 43). Ao lado desse termo, a Igreja, ainda, utiliza outros para designar aquele que está inserido no processo de formação ao sacerdócio ministerial, tais como: formando, seminarista, estudante.

Optatam Totius, “ordene de tal maneira toda a vida do Seminário, impregnada de piedade, silêncio, empenho e ajuda mútua, que já seja uma iniciação da vida que o sacerdote há de levar mais tarde” (n. 11).

Considerando que “os seminários e as casas de formação constituem espaço privilegiado – escola e casa – para a formação dos discípulos missionários” (DA, 316), é importante destacar que a formação ao sacerdócio, em tais espaços ou fora deles, “será tanto mais humanizadora quanto mais se abrir para a transcendência, ou seja, para a verdade [...] em hábitos de compreensão e comunhão” (DP, 1024-1025).

Muitas vezes, no campo das relações humanas, em decorrência do pensamento de que o poder da comunicação está exclusivamente nas palavras, o silêncio recebe a apreciação negativa de submissão ou domínio pela fala (Borgmann, 1974). Essa realidade, também não está muito distante das comunidades de formação, por isso, o itinerário ao sacerdócio ministerial objetive preparar homens de comunicação e diálogo, educados no silêncio.

Dentro de cada uma das dimensões formativas, o silêncio exige e tem garantida sua expressão e uma prática que favorecem tanto a educação pessoal como a comunitária. Já nas estruturas físicas e programáticas da comunidade de formação devem constar lugares e, além disso, condições que favoreçam um autêntico silenciamento, visto que “sem um mínimo de silêncio interior estamos ausentes de nós mesmos e, por conseguinte ausentes para os outros e ausentes para Deus” (Sesboüe, 2002, p. 752).

O esquema que segue, associando para cada etapa formativa uma das citadas dimensões, enfatizará a aplicabilidade do silêncio no campo humano, intelectual e espiritual

respectivamente dentro das etapas do Período Introdutório, do Filosofado e do Teologado e, no capítulo seguinte, destacará a vida e o ministério dos presbíteros sob a ótica da dimensão pastoral. Tal proposta não impedirá que algumas referências das dimensões sejam assinaladas ou cruzadas no todo da reflexão, pois cada exercício formativo ao atuar sobre uma das dimensões, afeta necessariamente todo o conjunto do processo de formação (DFPIB, 247).

3.1. Na formação humana do Período Introdutório

De modo geral, o denominado “Período Introdutório” compreende o tempo de formação no Seminário Menor e/ou Propedêutico, um ciclo que possibilita um maior discernimento vocacional, uma formação mais personalizada e, ao mesmo instante, deve garantir o desenvolvimento das qualidades e aptidões humanas, cristãs e apostólicas para uma madura opção pelo ministério presbiteral. Essa etapa de formação permite aprofundar, especialmente, a vida espiritual e, também, precisa ser bem valorizada pelo fato de que por ela se dá o ingresso à vida comunitária. Assim, a prática do silêncio nesse espaço formativo, destaca-se por se ajustar à dimensão humana como um meio facilitador das relações comunitárias e, sobretudo, um instrumento para o autoconhecimento (DFPIB, 118; 251).

Torralba (1997) assegura que na vida comunitária a inclinação ao utilitarismo tende a se sobrepor aos fins educativos das relações humanas e, nesse compasso, não se exclui a possibilidade de que ao silêncio seja compreendido desde um microsentido e, no caso, marcadamente negativo. O exercício do silêncio, em uma comunidade formativa, deve ser de tal modo apresentado e valorizado que permita ao aluno assimilar sua extensão e seu significado em todas as dimensões da vida (CEC, 1980).

3.1.1. Uma ferramenta para o autoconhecimento e a convivência

Ao iniciar o processo de formação sacerdotal, cada aluno recebe, paralelamente, a oportunidade de um novo ambiente familiar e, nesse espaço, a ocasião de conhecer-se e dar-se a conhecer um pouco mais. Não é à toa que a dimensão humana recebe justa primazia nessa etapa, pois “sem uma oportuna formação humana toda a formação sacerdotal ficaria privada do seu necessário fundamento” (PDV, 43). Assim sendo, esse período formativo, torna-se o propício momento para fortificar a consciência de que o silêncio interior e exterior está vinculado à vontade e ao crescimento humanos (Doig, 1987).

No início dessa caminhada, o aluno é um “terreno” a ser conhecido e, também, um campo a ser trabalhado com o auxílio de seus formadores. Dessa forma, o perfil do formador não pode se distanciar muito da imagem do Pastor maduro, acolhedor, discreto, prudente e, indiscutivelmente, capacitado ou disposto para escutar àquele que, apresentando germes vocacionais, busca discernir, responder e abraçar com liberdade as intenções divinas, reveladas ao seu coração humano a partir dos apelos que emergem da realidade e do mundo (RFIS, 11). Para o êxito de tão virtuosa tarefa, o silêncio se configura útil e eficaz mecanismo de formação tanto para alunos quanto para formadores.

É possível observar que a entrada no ambiente de formação suscite as mais diferentes reações entre os alunos, tais como a reserva, a cautela, o medo ou mesmo a inquietude. Daí, também surge uma gama de estratégias ou mecanismos de defesa pessoal frente à, sempre desafiante, integração dos diferentes. Torralba (1997) afirma que o fato de desindividualizar-se é uma inerente busca do ser humano. Assim sendo, essa etapa da formação sacerdotal não deve ser caracterizada simplesmente por seu caráter técnico, tampouco se constituir uma

experiência ferial, mas ser um tempo destinado à aprendizagem da boa convivência para a qual o silêncio é um eixo integrador.

Atualmente um dos desafios culturais é a grande relevância dada às atividades rentáveis; um fato, também, resultante da busca humana em se manter “servil”. Essa sede utilitarista e funcional que, também, no itinerário formativo, pode tornar a prática do silêncio uma simples tarefa entre outras ou uma forma de fugir dos confrontos relacionais e, conseqüentemente, um impasse à vida comum. Tanto o ativismo quanto essa falsa imagem do silêncio podem representar uma evasão da realidade. Observa Grün (2004) que muitos se enchem de ocupações para não ter tempo de silenciar e, dessa maneira, viver a comodidade da surdez (interior e exterior).

O período introdutório de formação requer uma concisa prática do silêncio para viabilizar ao aluno um sério discernimento de sua vocação. Para esse processo, no caso comunitário, é imprescindível saber ouvir. Desse modo, a pessoa educada no silêncio sabe reconhecer suas próprias limitações e acolher, de forma madura, a individualidade do outro (Ginel, 2002). Por meio de uma maior valorização e um mais consciente exercício do silêncio é possível desenvolver, mais profundamente, a escuta, externa e interna, dos integrantes de uma comunidade formativa.

3.1.2. Um imperativo à vida de formação

O silêncio prático, além de um programa disciplinar, também deve ser, para a pessoa do formador, uma ferramenta no serviço acompanhamento de seus alunos, visto que o capacita a uma efetiva e disponível comunicação com todos. Nesse caso, um formador que

silencia consegue expressar, mais que tudo, seu respeito e atenção à heterogeneidade comunitária (Chialà, 2011). Nesse contexto, o silêncio é importante para a formação porque proporciona a participação de quem, por temperamento, fala pouco, o reconhecimento daqueles que quando calam agridem e, ainda, a observação dos que já fazem do silêncio a base de sua comunicação (Sesboüe, 2002).

Para uma autêntica relação instrutiva com os alunos, as intervenções dos formadores são necessárias, especialmente, se forem realizadas de tal forma que não percam seu fim pedagógico e se mantenham equilibradas entre os extremos do passivo e do invasivo. “Os formadores, portanto, necessitam de um autêntico sentido pedagógico, isto é, aquela atitude de paternidade espiritual que se manifesta no acompanhamento solícito, respeitoso e discreto para o crescimento da pessoa, unida a uma boa capacidade de introspecção” (DPFS, 36). O silêncio poderá ser um contributo ao encontro fraterno, à relação gratuita e ao conhecimento interpessoal que devem caracterizar toda comunidade educativa.

Sabido que a linguagem e o diálogo se sustentam da palavra e do silêncio, é importante ressaltar, ainda, que nas relações humanas a palavra pode disfarçar o pensamento tanto quanto pode revelá-lo. Assim, no cotidiano de uma comunidade formativa, trabalhar o silêncio deve servir de apoio ao crescimento ou amadurecimento pessoal e comunitário, pois “quanto maior o conhecimento do modo de ser de si próprio e dos outros, maior é a capacidade ética de respeito” (Goya, 2008, p. 51).

Note-se que entre as características dos formadores e dos alunos, deve-se destacar a capacidade de escuta, pois dessa ação depende muito o êxito de todo um processo formativo, especialmente, porque “de um lado, encontra-se o formador em seu papel de conselheiro e

guia e, do outro, o aluno como interlocutor convidado a assumir atitudes por sua própria iniciativa” (DPFS, 37). No transcurso de um ritmo educacional marcado pelos muitos fazeres é um privilegiado benefício poder conservar o silêncio como um projeto de vida e, com isso, proporcionar a quem escuta ser sujeito e não um mero objeto da fala do outro (Freire, 2003).

März (1979) afirma que educar não significa o adestramento de alguém em determinada habilidade, mas promover que o aluno encontre em determinados instrumentos externos, não um fim em si mesmos, senão um meio ativo de acesso à verdade. Desse modo, na dinâmica da vida em comum, a prática do silêncio, durante o período introdutório é uma necessária e exigente oportunidade para a formação sacerdotal, um importante instrumento de interpelação pessoal e coletiva.

3.2. Na formação intelectual do Filosofado

Essa etapa de formação, na qual o aluno realiza seus estudos filosóficos, deve ser expressão da busca por “uma compreensão e interpretação mais profunda da pessoa, da sua liberdade, das suas relações com o mundo e com Deus” (PDV, 52). Esse período, configura-se por uma formação sóbria, profunda e crítica da realidade humana no qual a atenção e o apreço do aluno pela dimensão intelectual, reflete-se como uma questão de fidelidade a Deus, ao Seu povo, a si mesmo e, por essa razão, um modo singular de viver o discipulado (DFPIB, 310).

Não se pode deixar de pontuar que a Filosofia é um insubstituível terreno de encontro, diálogo e intercâmbio na vida para aqueles que são chamados ao exercício ministerial do sacerdócio e, nesse contexto, o silêncio é e deve ser um aplicativo junto à palavra que,

verdadeiramente, fecunde a comunicação (Bofill, 1992). De alguma forma, a Filosofia que aguça o conhecimento humano é a mesma que admite transformar ignorância em pergunta, isto é, silêncio em sabedoria (Villa, 2009). O Documento de Aparecida recorda:

O encontro com Cristo, Palavra feito carne, potencializa o dinamismo da razão que procura o significado da realidade e se abre para o Mistério. Ela se expressa em uma reflexão séria, posta diariamente em dia através do estudo que, com a luz da fé, abre a inteligência para a verdade. Também capacita para o discernimento, o juízo crítico e o diálogo sobre a realidade e a cultura (n. 280c).

O período do Filosofado conceda ao aluno um estudo que o permita crescer na capacidade racional e encontrar, no silêncio, uma representação de sua busca intelectual. Por meio desse silêncio, desenvolve-se a continência do discurso como ressalta Tomaz (2008): “‘sabe mais quem fala menos’. O sábio tem preferência pelo silêncio ou pela fala econômica. Trata-se, portanto, de um silêncio ativo. Embora quieto, é nesse silêncio que o sábio reflete e organiza seus pensamentos” (p. 46).

3.2.1. Um método para o entendimento dialógico

A aprendizagem é um caminho que vai sendo feito, uma tarefa que se integra a outras, uma obra interior que necessita de iluminação exterior assim como, a partir do silêncio, a palavra é eleita e muito do que está no interior humano é colocado para fora (Casanova, 1998). Intelectualmente, pode-se assegurar que o silêncio é o jeito mais lógico de evitar o

dogmatismo, a intolerância, o fundamentalismo e a passividade nos discursos. Um estudante de Filosofia, no silêncio educado, é chamado a amar a verdade, consciente de que a busca do conhecimento é um caminho sempre por ser feito (Ginel, 2002).

O interesse pelo silêncio como fruto da atenção deve ter uma especial predileção no âmbito filosófico, pois, sem tom de novidade, representantes de diversas correntes na área da Filosofia sustentam que a palavra não pode conquistar todos os territórios; “há espaços que só podem ser inteligíveis desde o silêncio; existem áreas que a palavra não abarca por sua insuficiência semântica” (Serra, 2001, p. 35).

Ao tratar do ensino da Filosofia nos Seminários, a Congregação para a Educação Católica (1972) ressalva que o atual espírito tecnológico tende a reduzir o “homo sapiens” ao “homo faber” e que a técnica, enquanto reporta à humanidade muitas e inegáveis vantagens, nem sempre favorece ao homem valorar os bens do espírito, dentre os quais o silêncio. É certo que este deve estar unido à intelectualidade, viabilizando a superação do comodismo, da inabilidade ou da negligência na busca pela verdade. Por isso, como testemunharam os Padres da Igreja, o silêncio é uma concreta expressão de sabedoria humana e divina.

A prática do silêncio, além de ser uma ferramenta pedagógica que favorece o diálogo entre formadores e alunos, também, é um auxílio comunitário quando há o esforço partilhado de crescimento acadêmico, pois um ambiente de estudo requer, entre outras coisas, um silenciamento que inspire e favoreça a pesquisa e a concentração intelectual. Segundo Fiorentino (2003), o silêncio é o marco zero e essencial da comunicação e o fundamento do conhecimento que retrata ou “encarna a maiêutica socrática do despertar” (p. 18). A Filosofia

é um canal que, além de habilitar o ser humano ao ritmo acadêmico, potencializa-o à prática de um silêncio que ampara sua comunicação com a verdade. Para Freire (2003):

No processo da fala e da escuta, a disciplina do silêncio a ser assumida com rigor e a seu tempo pelos sujeitos que falam e escutam é um “sine qua non”⁶ da comunicação dialógica. O primeiro sinal de que o sujeito que fala sabe escutar é a demonstração de sua capacidade de controlar não só a necessidade de dizer a sua palavra, que é um direito, mas também o gosto pessoal, profundamente respeitável, de expressá-la [...]. É preciso que quem tenha o que dizer saiba, sem dúvida nenhuma, que, sem escutar o que quem escuta tem igualmente a dizer, termina por esgotar a sua capacidade de dizer por muito ter dito sem nada ou quase nada ter escutado (p. 73).

Por isso, o silêncio para a boa comunicação é um método fundamental e, nessa etapa formativa, uma prova do zelo pela aprendizagem e pelo saber. Silenciar é um dos desafios da formação intelectual, mas somente por meio dessa atitude é que se pode permitir à outra pessoa que fale e se exprima a si mesma e, dessa forma, quem fala não fica preso, por falta da adequada confrontação, às suas próprias palavras e ideias (Bento XVI, 2012a).

⁶Ou “conditio sine qua non”. Tradução literal: “condição sem a qual não”. Expressão derivada do Latim para fazer referência a um requisito obrigatório para que determinada ação se cumpra ou alguma situação se concretize.

3.2.2. Uma via à aprendizagem cotidiana

Na cultura atual, a oportunidade de silenciar parece ser apavorante e, por isso, a busca pelos ruídos e pelos múltiplos afazeres se evidencia como uma fórmula exitosa na tentativa de sufocar toda e qualquer voz interior. Visto que o silêncio também é fruto de uma decisão pessoal que apenas atinge seus fins educativos se é acompanhado pelo esforço e pela determinação conscientes daqueles que o assumem como uma parte de sua educação e formação integral.

Nessa fase, bem como para todo o itinerário de formação sacerdotal, o ritmo acadêmico requer uma dedicação que esteja associada ao caráter espiritual e missionário da vocação sacerdotal. Nesse sentido, dentre as conclusões do Documento de Puebla (1979) consta a afirmação de que a chamada gratuita de Deus demanda um discernimento que passa por uma atenta escuta e, para tal, o estudo é meio que capacita aos alunos a lidarem com informações técnicas e saber integrá-las a “uma adequada visão da realidade” (n. 877). Para lograr tal fim, sobressai o silêncio como um instrumento que educa o ser humano a ouvir o mundo com inteligência.

Na escola de Pitágoras se exigia do aluno, antes de qualquer outra coisa, que aprendesse o silêncio e, assim, pudesse posteriormente ouvir atento às palavras que viesse lhe dirigir seu mestre (Zuloaga, 1990). No entanto, essa prática precisa ser bem trabalhada como pedagogia, caso contrário, não se efetivará como instrumento formativo. Por isso, é justo o cuidado para que o silêncio não se reduza a um exercício esporádico, um pacto para evitar a palavra ou uma demonstração de abatimento ou rebeldia.

O silêncio é um contributo para que o tempo dedicado aos estudos, mais que um cessar dos ruídos, seja uma real amizade e uma eficaz conversação com a verdade. Hoje, observa-se que a sociedade é marcadamente ruidosa e fragmentada, inclusive na área do conhecimento e, por isso, promover o silêncio, em vista ao conhecimento, constitui-se um grandioso e necessário desafio ao diálogo, inclusive científico. A comunicação interpessoal se mantém da estrutura de um intercâmbio que não busca vencer a opinião contrária, mas abrir-se a ela, conhecê-la e avaliá-la (Peresson, 2004). Segundo Freire (2003):

Escutar é obviamente algo que vai mais além da possibilidade auditiva de cada um. Escutar, no sentido aqui discutido, significa a disponibilidade permanente por parte do sujeito que escuta para a abertura à fala do outro [...].A verdadeira escuta não diminui em mim, em nada, a capacidade de exercer o direito de discordar, de me opor, de me posicionar. Pelo contrário, é escutando bem que me preparo para melhor me colocar, ou melhor, situar-me do ponto de vista das ideias. Como sujeito que se dá ao discurso do outro, sem preconceitos, o bom escutador fala com desenvoltura (pp. 75-76).

Em uma comunidade de formação não se pode perder de vista todo o significado que abarca o título de estudante, uma vez que estudar não é uma mera ocupação social, antes, é um intenso trabalho e um exigente labor que muito depende da atenta escuta. Assim, o silêncio deve fazer parte de qualquer ritmo estudantil, constituindo-se uma virtuosa rejeição à palavra vazia, impessoal, superficial e mecânica (Sanchez Monge, 2002). O estudo que se

fundamentado na autêntica busca do saber exige um silêncio que aprimore as palavras e pondere os discursos, pois “não há mais mérito em explicar o que se sabe que em calar sobre o que ignora” (Dinouart, 1999, p. 52).

3.3. Na formação espiritual do Teólogo

Junto às dimensões humana e intelectual, a formação espiritual deve encontrar no silêncio uma prática exterior e interior que habilite os alunos a um estilo de contemplação que comece com os lábios e termine com o coração (Chialà, 2011). A Congregação para a Educação Católica (1980) reafirma que o futuro sacerdote deve ser bem formado na escuta e no entendimento da Palavra e, por isso, adquirir uma verdadeira experiência do silêncio interior, captando seu sentido autêntico e, depois disso, ser capaz de comunicá-lo.

A formação espiritual vá a par com a formação doutrinal e pastoral [...], seja ministrada de tal maneira que os alunos aprendam a viver em união familiar e assídua com o Pai, por meio de Seu Filho Jesus Cristo, no Espírito Santo. Havendo-se configurados pela sagrada ordenação, com Cristo sacerdote, habituem-se também a unir-se a ele, como amigos, em íntima comunhão de toda a vida. Vivam de tal maneira o Seu mistério pascal, que nele saibam iniciar o povo que lhes será confiado (OT, 8).

Dentro da programação dos Seminários e Casas de formação, é preciso que sejam valorizados os momentos de silêncio como formas pedagógicas para o bom desenvolvimento

pessoal e comunitário. Então, nesse período do Teologado, tendo em vista a educação do aluno para a acolhida profunda da Palavra, que é o próprio Cristo, configure-se o silêncio como importante e efetiva ferramenta para a “meditação fiel da palavra de Deus, na ativa comunicação com os santíssimos mistérios da Igreja, especialmente na sagrada Eucaristia e no Ofício divino [...], sobretudo nos pobres, nas crianças, nos doentes, nos pecadores e incrédulos” (OT, 8).

3.3.1. Uma experiência mística

Nos exercícios espirituais de Santo Inácio de Loyola se sustenta a ideia de que a experiência de cada um se constitui um privilegiado lugar de escuta e de diálogo (Barry & Connolly, 1987). E, considerando que a divindade cristã é Deus da comunicação e da Palavra e não uma divindade muda. Com isso, para alimentar a unidade com Ele, o silêncio não só deve ser tido como um inquietante desafio, mas, também como uma expressiva forma de comunicação (Torresan, 2003).

Ressalva Baez (2009) que para cada ensinamento de um mestre demanda a decisão de escutar por parte de seus alunos (Pr 2,2; Eclo 6,33). Quem busca aprender também precisa saber escutar, em outras palavras, à aprendizagem o silêncio é imprescindível (Jó 33,33), pois o crescimento do ser humano é um processo que atravessa o campo externo para chegar ao interior. Nesse caso, para a vida espiritual, o silêncio exterior é uma ramificação do silêncio interno e este, por sua vez, é o que melhor manifesta acolhida a Deus e o que mais perfeitamente reflete Seu misterioso modo de se dar. Afirma a Congregação para a Educação Católica (1980):

Um Seminário que queira preparar mestres experimentados na oração necessita do silêncio [...] A formação no silêncio interior tem de ser objeto de um “acordo contínuo” por parte dos responsáveis do seminário: todos têm nele sua tarefa específica, o reitor, o diretor espiritual e cada um dos professores. Se esta corrente se rompe, a formação não tem lugar; se cada um não assume sua responsabilidade em consciência e de fato, se se recusa a refletir sobre isso, conjunto e permanentemente, os melhores meios, por falta de um clima favorável, perdem seu valor (p. 303).

Com essa observação, o período de formação teológica é ou pode ser um privilegiado espaço para o aprofundamento do silêncio, pela prática ou pela teoria, um período de adequada fundamentação espiritual e sólida preparação pastoral. E considerando que o ministério é exercido “em uma Igreja em movimento e em busca de adaptações às novas circunstâncias [...], os sacerdotes de amanhã serão também pastores de homens mais adultos, mais críticos, mais informados, imersos num mundo ideologicamente pluralista” (FTFS, 5-6). Assim sendo, o exercício do silêncio não se restringe apenas à introspecção ou à prática intimista, mas se mostra um fundante elo na mística sacerdotal.

3.3.2. Um suporte para a vida interior

Especialmente durante o teologado, para que o ritmo acadêmico não se imponha como única prioridade, o silêncio é e deve ser assumido igualmente como um eixo do programa

formativo e um reflexo de preparação ao sacerdócio por parte da pessoa do aluno. Por isso mesmo, a Congregação para a Educação Católica (1980) diz que, na formação espiritual dos candidatos ao sacerdócio, o silêncio interior e o exterior devem estar conjugados, pois, ao instante em que ambos se reclamam também se procuram. No Seminário ou na Casa de formação, onde se abrigam os futuros ministros da Palavra, deve ser regulamentado e promovido, desde o início, a prática de um equilibrado e formativo silêncio. Sem dúvida, em um seminário onde o silêncio material não exista também o silêncio espiritual se nota ausente.

Nessa etapa, mais que nas anteriores, a prática do silêncio deveria ser mais consciente, espontânea e proveitosa, para alunos e formadores. O hábito de silenciar já caracterizaria uma aquisição pessoal e, ao mesmo tempo, uma contribuição para toda a comunidade formativa. O proveitoso silêncio é ponte para o acesso à sana palavra já que o anúncio desta se faz de acordo com a sensibilidade e a acolhida que cada pessoa lhe dispensa (López, 2008).

Ao se falar, aqui, do silêncio como uma ferramenta de autoformação, não deve ser entendido como uma independente ou isolada forma educativa, desintegrada do processo de formação sacerdotal; também não deve ser interpretado como uma proposta paralela à programação interna de uma comunidade formativa, mas como um instrumental que deve ser assumido por cada aluno e formador tendo em vista todo o referido conjunto comunitário e formativo. Nesse caso em que, “o primeiro responsável é o aluno e sem seu compromisso pessoal nada pode ser feito, não quer dizer que não necessita guia e orientação” (Barbiero et al., 2000, p. 41).

O processo de formação realmente se efetiva quando há entrega e acolhida, coordenação entre palavra e silêncio tanto dos alunos quanto de seus respectivos formadores. Dessa maneira, o referido processo formativo exige uma equipe de formadores que se prepare para atuar pedagogicamente e ser uma presença disponível ao conhecimento de cada aluno, bem como aprender a entender sua particular maneira de se comunicar. Para o êxito nessa tarefa, a atenção ao silêncio como técnica de comunicação, é um recurso que conduz ao conhecimento interpessoal, ao domínio do próprio temperamento e, ademais, viabiliza a sinceridade, a modéstia e a caridade na convivência (OT, 11).

3.3.3. Um processo contínuo

Mesmo não sendo, propriamente, uma etapa e uma proposta de consenso geral, o chamado “Ano Pastoral” é incluído nessa investigação por se tratar de um tempo ou espaço que propicia um acompanhamento mais personalizado aos alunos que, por diferentes razões, possam apresentar lacunas formativas nos períodos anteriores. O amadurecimento da pessoa humana é um labor silencioso e processual, benéfico e oportuno; um período, desse tipo, “se bem articulado, pode preencher uma série de vazios que o candidato experimenta no decurso da formação” (DFPIB, 186).

Não se pode pensar o período do seminário ou o trabalho do formador, de forma isolada, sem dúvida, têm sua importância e tarefas próprias que não podem ser negligenciadas, para se deixar para depois ou pressupor que a formação já deva ter sido dada antes. A formação no seminário deve ser oferecida, na prática, com a

consciência da responsabilidade por um momento singular que se não for bem conduzido deixará lacunas e poderá trazer graves prejuízos para o próprio vocacionado e à Igreja (PCAL, 2009, p. 218).

Dentro de um processo, às vezes massivo, também pode ocorrer de alguém não ter recebido ou aproveitado eficazmente as oportunidades formativas que foram oferecidas. A partir disso, um risco à concepção do “ano pastoral” é que lhe seja associada uma imagem negativa que, por exemplo, expressasse-o como um castigo ou advertência para o aluno. Por isso é que tal proposta formativa requer a participação, anuência e apoio da equipe ou do conselho de formação bem como uma acolhida serena por parte dos alunos.

O Ano Pastoral deve proporcionar um concreto e personalizado acompanhamento que vise para o aluno não somente o grau de ministro ordenado, mas a capacidade de ser um prestativo ouvinte da Palavra (Melguizo, 2009). Portanto, nesse período, ao aluno, é importante reforçar a experiência do silêncio, reafirmar seu valor pedagógico, confirmar a autenticidade de suas motivações e “ajudá-lo a assumir o ministério como verdadeiro e generoso serviço, no qual o ser e o agir, pessoa consagrada e ministério, são realidades inseparáveis” (DA, 322).

O fato de um aluno residir por um longo tempo em um Seminário ou Comunidade de formação não significa dizer que sua passagem por tal comunidade é um requisito absoluto para que se dê por concluído seu processo formativo. Ressalva März (1979) que, do mesmo modo que ninguém é formado por um só educador, não é o ambiente físico que garante a eficácia dos métodos ou dos programas formativos. Logo, uma experiência fora de tal

“estrutura” pode ser um eficaz contributo e, especialmente, uma saudável oportunidade de encontrar e solidificar anseios vocacionais e, ao mesmo tempo, aprimorar-se no próprio exercício do silêncio.

Por distintas razões, esse tempo formativo também exige, da parte da equipe de formação, uma séria e respeitosa experiência com o silêncio, pois, quando, por alguma razão, toma-se a decisão de orientar um aluno a que acolha a proposta do Ano Pastoral, a prática do sigilo sobre as razões que levaram os formadores a tal decisão é um fator pertinente para garantir a credibilidade desse programa formativo. Diga-se que o silêncio de um formador é o silêncio da Igreja.

A busca vocacional, como uma experiência que educa para o bem, alarga a compreensão de um processo de formação sacerdotal que vai além do acadêmico e disciplinar, pois tal itinerário mais que um tempo cronológico se configura como um espaço formativo para o reconhecimento da voz divina que sempre chama. Desse modo, os futuros presbíteros antes de serem servidores e pregadores, devem ser constituídos autênticos discípulos; “chegando a realizar verdadeiro encontro com Jesus Cristo na oração com a Palavra, para que estabeleçam com Ele relações de amizade e amor” (DA, 319). Segundo a Exortação Pastores Dabo Vobis:

Os cristãos esperam encontrar no sacerdote não só um homem que os acolhe, que os escuta atentamente e lhes testemunha uma sincera simpatia, mas também e, sobretudo, um homem que os ajude a ver Deus. Num contexto de agitação e ruído como o da nossa sociedade,

uma necessária pedagogia para a oração é a educação ao sentido humano e ao valor religioso do silêncio, qual atmosfera espiritual indispensável para se perceber a presença de Deus e para se deixar conquistar por ela (n. 47).

3.4. Uma pedagogia

O processo de formação sacerdotal se dá mediante um caminho que, longe de dar por finalizada a aprendizagem do aluno, deve fortalecê-lo nas bases norteadoras de sua vida como aprendiz e, futuramente, como presbítero. Nesse percurso, tanto os formadores como os alunos podem ou precisam encontrar no silêncio um meio educativo que os potencializam a uma efetiva comunicação interpessoal e formativa. O silêncio aqui destacado não se limita à norma disciplinar ou ao simples feito do não verbal; é um instrumento linguístico que exige prática, interpretação e persistência, tanto para o discernimento da vocação quanto para o próprio exercício do ministério sacerdotal.

A prática do silêncio deve servir para promover “a santificação e o crescimento humano. Neste sentido, a procura do silêncio e de espaços ou tempos de ‘deserto’ são necessários à formação sacerdotal, quer no campo intelectual, quer no campo espiritual e pastoral” (PDV, 74). Encontrar o silêncio e assumi-lo como pedagogia formativa é uma urgente necessidade, pois através dele se aprofunda a escuta e se educa a própria fala. Para isso, “os formadores necessitam de um autêntico sentido pedagógico, isto é, aquela atitude de paternidade que se manifesta num acompanhamento solícito, unido a uma boa capacidade de introspecção, e vivido num clima de recíproca confiança e estima” (DPFS, 36).

Ao mesmo tempo em que os formadores devem trabalhar a própria capacidade de escuta, diálogo e comunicação, é importante ressaltar que, para isso, não basta um reto desejo; é necessário que eles também adquiram conhecimento e técnicas na área das ciências humanas como, por exemplo, da Psicologia, da Linguística, da Antropologia ou da Filosofia Clínica⁷. Além disso, a Congregação para a Educação Católica acrescenta que tais educadores devem apresentar “sólida doutrina, conveniente experiência pastoral e especial formação espiritual e pedagógica” (DPFS, 2).

Embora, nos dias atuais, predomine a agitação e o falatório, é possível desejar e praticar o silêncio. Neste, mesmo tão temido por muitos, encontra-se uma extraordinária via de acesso ao íntimo da pessoa humana. Por isso, durante a vida de formação sacerdotal, apesar de que o silêncio tenda a ser uma disciplina pesada e obrigatória, somente aquele que aprende a ouvir mais poderá se expressar melhor, dispor-se interiormente à acolhida e à comunhão fraterna, mística, acadêmica e missionária.

Serra (2001) acrescenta a essa reflexão que “o silêncio também precisa de sentido para ser considerado como tal. Da mesma forma um silêncio é realmente comunicativo quando contrasta com a fala; um contínuo estado de taciturnidade passivo nunca será silêncio, senão mudez” (p. 19). O mutismo, por ser uma forma de omissão e uma pobreza externa do calar, não é considerando um silêncio genuíno. Assim, da mesma forma que a palavra pode

⁷ Criada pelo psicanalista e filósofo Lúcio Packter, aos fins de 1980 no Rio Grande do Sul (Brasil), é uma proposta que “investiga o conceito de psicoterapia, buscando um novo olhar sobre a ética nas relações com o outro. Seu esforço de reconduzir o pensamento, entretanto, não faz dela uma filosofia da psicologia, ainda que se sirva de seus métodos e fundamentações” (Goya, 2008, p. 27).

não traduzir todo o pensar, o silêncio pode expor, positiva ou negativamente, tudo aquilo que as palavras não conseguiriam elucidar.

Esse silêncio, no processo de formação sacerdotal, deve assumir um duplo fluxo: do formador para o aluno e do aluno para o formador; no formador, seja um reflexo de humildade, prudência e acolhida; no aluno, represente um passo à reflexão, à obediência e ao conhecimento. Dessa forma, entre formadores e alunos se instale a prática de um silêncio que supere a comunicação vazia ou sem direção e expresse o desejo sincero de alimentar o diálogo efetivo e amadurecedor.

Nas referidas etapas do processo de formação sacerdotal, como podem chegar vocacionados, por diferentes razões, não educados, inclusive no silêncio, faz-se necessário ratificar e encarecer os espaços pedagógicos que favoreçam a contemplação e nos quais “o silêncio seja o grande professor” (Dispenza, 2003, p. 14). Para nutrir e sustentar tais circunstâncias é preciso superar a tentação de elaborar um programa de vida onde se amontoam as atividades e que, ao fim, unicamente servem para aguçar ou validar os ruídos cotidianos.

Torna-se fundamental considerar e reafirmar que o silêncio é aprendível. Mas, como observa La Rosa (2003), toda aprendizagem é gradual e cada pessoa tem um ritmo próprio para tal. Assim, a formação sacerdotal deve ser regida sob uma maneira progressiva na qual o silêncio seja integrado como um valor pedagógico para as diferentes etapas e dimensões da formação dos futuros presbíteros.

Em todo o processo de formação, o ambiente do Seminário e a pedagogia formativa deverão cuidar do clima de sã liberdade e de responsabilidade pessoal, evitando criar ambientes artificiais ou itinerários impostos. A opção do candidato pela vida e ministério sacerdotal deve amadurecer e apoiar-se em motivações verdadeiras e autênticas, livres e pessoais. A isso se orienta a disciplina nas casas de formação (DA, 322).

Constatado que, no exercício ministerial dos presbíteros, também devem existir uma forte conexão entre unidade de vida e ação pastoral, a prática do silêncio pode dar apoio, bem como ser um reflexo da viva caridade de Cristo, Pastor e Guia. Pelo fato de que, “como qualquer outra formação, também a formação pastoral se desenvolve através da reflexão madura e da aplicação operativa” (PDV, 57), o silêncio, na vida e no ministério presbiteral, é um meio eficiente para integrar evangelização e pedagogia.

CAPÍTULO IV

O SILÊNCIO NA VIDA E NO MINISTÉRIO DO PRESBÍTERO: UMA PEDAGOGIA TESTEMUNHAL

Ao observar o processo inicial da formação ao sacerdócio, verifica-se o silêncio como uma pedagogia viável e uma necessidade concreta para a vida presbiteral, especialmente em sua prática pastoral (OT, 4). O exercício do silêncio, presente nas dimensões e nas etapas formativas, deve se prolongar na formação permanente de cada presbítero⁸, abraçando sua vida e seu ministério (Salvador, 2008). Da mesma maneira que “é necessário despertar a consciência de que a formação só termina com a morte” (DA, 326), também se observe que a formação permanente deve ser um processo de contínua e constante renovação, inclusive na aplicabilidade do silêncio.

Como toda pessoa madura, também o presbítero precisa de hábitos, disciplina e ordem, para realizar uma tarefa de forma eficaz. Segundo o ofício pastoral que lhe for encomendado, terá que administrar seu tempo e organizar seu ritmo para que consiga responder às distintas tarefas, tais como a pregação e a catequese; atividades que devem ser realizadas com espírito serviçal, mas também com a digna preparação e competência. Para isso, faz-se necessário dedicar tempo para aprender a aprender; aprender aprendendo a escutar (PCAL, 2009).

⁸ Termo bíblico utilizado para designar o ancião, o adulto, já experimentado na vida, que se tornou sábio, mestre, conselheiro e guia. Aquele que recebe o segundo grau do sacramento da Ordem, também chamado de Padre ou Sacerdote (DFPIB, 61-63).

Especialmente no âmbito pastoral, o presbítero necessita preparar-se para “ouvir [...], para falar a linguagem de seus contemporâneos, perceber suas angústias, entrar em seus problemas, compreender seus anseios” (Marins, 1966, p. 119). Muitos recorrem ao Sacerdote, enquanto ministro, não somente porque domina a doutrina moral, mas pelo desejo de encontrar nele um homem disponível e confiável para partilhar os anseios e as dores da vida. Por isso, nesse capítulo, guiar-nos-á a seguinte interrogação: Como o silêncio pode ser um instrumento na formação permanente dos presbíteros e, especialmente, uma expressão de sua caridade pastoral?

O presbítero, por missão, precisa falar muito, mas, para que sua comunicação não seja superficial e vazia, deve buscar no equilíbrio entre palavra e silêncio uma pedagogia que expresse acolhida, respeito e comunhão pastoral. Ressalva Bento XVI (2012a): “silêncio e palavra são, ambos, elementos essenciais e integrantes da ação comunicativa da Igreja para um renovado anúncio de Jesus Cristo no mundo contemporâneo”. Destarte, não se quer valorar ou mesmo promover o silêncio negativo; o silêncio indiferente que poderia dificultar a vida comunitária, mas o silêncio positivo que se contrapõe aos excessos do ativismo moderno.

A vida do presbítero está exposta, hoje mais do que nunca, a uma série de solicitações que poderiam conduzi-la para um crescente ativismo exterior, submetendo-a a um ritmo, por vezes, frenético e irresistível [...] A exemplo de Cristo, o sacerdote deve saber manter a vivência e a abundância dos momentos de silêncio e de oração para, mediante eles,

cultivar e aprofundar uma relação existencial com a pessoa viva do Senhor Jesus (DMVP, 40).

4.1. Nas relações humanas e eclesiais

Por mais que aparentemente contraditório, o lugar deserto é o espaço ou ambiente apropriado para ratificar que o silêncio é um propiciador instrumental do encontro do ser humano consigo mesmo e com os outros; conseqüentemente, um elemento indispensável à formação permanente dos presbíteros. Assim como no deserto, a finalidade de tal silêncio não é promover o isolamento, mas garantir a íntima e prática colegialidade daqueles todos que participam do sacerdócio de Cristo. (Gerardi, 1989).

A Exortação Pastores Dabo Vobis afirma que a solidão pode ser uma boa oportunidade para a vida de oração e de estudos; uma ajuda para a santificação e o para o crescimento humano. “Neste sentido, a procura do silêncio e de espaços e tempos de “deserto” é necessária à formação permanente, quer no campo intelectual, quer no campo espiritual e pastoral” (n. 74). Assim sendo, considere-se que não é capaz de uma verdadeira e fraterna comunhão, com Deus e com o próximo, quem não sabe viver ou não busca aprender a administrar bem o próprio silêncio.

4.1.1. Um ato de reverência e prudência comunitárias

Todo presbítero deve buscar viver com fidelidade seus compromissos sacerdotais e isso, na prática, envolve muitas renúncias, inclusive a de não impor preferências por área pastoral ou função ministerial. Pelo Sacramento da Ordem, que vai além de um rito público,

celebra-se a disponibilidade pela qual “o presbítero [...] é chamado a ser entre os demais batizados o construtor da comunhão e da unidade da comunidade” (Moro, 1997, p. 91).

O primeiro contato com uma comunidade ou serviço eclesial é sempre revestido de grandes anseios e expectativas, mas é importante também considerar que o dia da “posse” para o presbítero e para a comunidade que o recebe, deve ser uma oportuna ocasião para por em prática o silêncio que dirige e fundamenta a comunicação prudente. A sobriedade nas palavras deve ser assumida pelo presbítero como demonstração de acolhida e respeito à história já vivida pela comunidade. Por esse silenciamento o presbítero ajusta seu agir à caridade pastoral de Cristo e se permite, antes de tudo, “conhecer e partilhar a cruz e os sofrimentos, as alegrias e as esperanças do povo” (DFPIB, 263).

É natural que, no início de sua atuação ministerial, o presbítero incorra em excessos nas palavras, nas promessas e nas decisões desconsiderando que o êxito de sua missão está no mesmo exercício pastoral que o habilita a crescer junto à comunidade. Aparece bem claro nos rituais sacramentais, inclusive da Ordenação, que tudo aquilo que é importante e decisivo se realiza no silêncio; portanto, não deveria ser diferente o ingresso do presbítero no serviço a uma comunidade eclesial (Grün, 2006).

Um autêntico caminho cristão preenche de alegria e esperança o coração e leva o cristão a anunciar Cristo de maneira constante na própria vida e ambiente. Projeta para a missão de formar discípulos missionários para o serviço ao mundo. Habilita a propor projetos e estilos de vida cristã atraentes, com intervenções orgânicas e de

colaboração fraterna com todos os membros da comunidade (DA, 280d).

4.1.2. Uma exigência da colegialidade sacerdotal

A missão dos presbíteros se fundamenta na escuta atenta da Palavra de Deus, no aprofundamento, na interpelação e na interiorização de seus conteúdos para que, antes de seu anúncio, tenha sido efetivamente contemplada (Favale, 2005). Essa contemplação deve ser fruto e resultado do silêncio que fundamenta a escuta e que, longe de ser passivo, resulta na consciente acolhida, no apoio e na participação dentro do agir pastoral da Igreja. Segundo o Decreto *Presbyterorum Ordinis*:

Cristo, para continuar no mundo a fazer incessantemente a vontade do Pai mediante a Igreja, atua realmente pelos seus ministros [...]. Por isso, a caridade pastoral exige que os presbíteros, para que não corram em vão, trabalhem sempre em união com os bispos e com os outros irmãos no sacerdócio (n. 14).

O silêncio na vida dos presbíteros precisa esboçar a unidade de uma comunhão que se concretiza através das reuniões, dos momentos de espiritualidade e mística. Mas o que os une de modo eficiente é o trabalho realizado em comum. Indiscutivelmente, “a união se faz na mesa eucarística, na mesa comum de estudo, na mesa da refeição comum e no trabalho inteligentemente planejado, perseverantemente executado” (Marins, 1966, p. 1660).

A Congregação para a Educação Católica recorda aos chamados ao sacerdócio ministerial que, a “exemplo de Cristo [...], amem o silêncio externo, necessário para o silêncio interior, para pensar e para o trabalho e tranquilidade de toda a comunidade” (RFIS, 57). Por isso, em todos os espaços de encontro e formação eclesiais, o silêncio também é um auxílio específico para o relacionamento e a convivência comum dos presbíteros (PDV, 23).

A partir da certeza de que formação permanente se define como uma formação progressiva e contínua, esse é um caminho a ser percorrido no contexto da vida com as ferramentas da existência de todos os dias, especialmente, junto às pessoas com as quais se convive. Assegura Cencini (2002) que “a comunidade se torna formativa na medida em que a fazem formativa seus componentes” (p. 103).

4.1.3. Um contributo à participação cooperativa

Na Igreja, o presbítero é um líder que trabalha sob a força da obediência⁹ e, ao mesmo tempo, sob a necessidade de escutar o Povo de Deus, pois na dinâmica pastoral não se pode querer agir sem elaborar um planejamento que garanta a participação de todos. A realidade eclesial que luta por uma conversão pastoral passa pela consciência do desafio de que o presbítero deve procurar crescer junto à comunidade, pois “hoje, mais do que nunca, o testemunho de comunhão eclesial e de santidade são uma urgência” (DA, 368).

A Igreja é ontologicamente ministério e, portanto, todos os seus membros têm o dever e o direito de participar em sua

⁹ Do latim “ob-audire”: submeter-se livremente à palavra escutada. Uma ação que se concretiza na medida em que a escuta é atenta e acolhedora; é uma virtude ativa: inquire a quem escuta quanto à sua capacidade de submeter-se à palavra ouvida (CCE, 143-144).

vida e missão. Tudo na Igreja, no contexto de comunhão, é participação [...]. Uma das tarefas que se confia aos presbíteros é o de promover a participação de todos os membros da comunidade eclesial, de acordo com seus carismas, serviços e ministérios (Ortíz, 2010, p. 60).

A presença de um presbítero numa comunidade eclesial não deve se restringir a questões administrativas, mas deve refletir o “estar” pleno, movido pela escuta dos que foram confiados ao seu pastoreio. Para isso, os espaços eclesiais devem servir como ponto de encontro, diálogo e comunhão e, assim, o agir dos presbíteros se torne uma ponte e não um obstáculo à participação comunitária na pastoral. Com suficiente maturidade e disposição ao silêncio é possível facilitar o encontro e o diálogo, obter confiança e colaboração (PDV, 43).

Assim, nenhum presbítero pode realizar suficientemente a sua missão, isoladamente [...]. O ministério sacerdotal, porém, sendo ministério da própria Igreja, só se pode desempenhar em comunhão hierárquica com todo o corpo. Portanto, a caridade pastoral estimula os presbíteros, agindo nesta comunhão, a entregarem a sua vontade por obediência ao serviço de Deus e dos seus irmãos, recebendo com espírito de fé e executando o que lhes é preceituado e recomendado [...]. Com esta humildade e obediência responsável e voluntária, os presbíteros configuram-se com Cristo (PO, 7; 15).

4.2. Na espiritualidade pessoal e comum

Jesus ensinava aos seus discípulos o valor da oração e da caridade como algo ativo, ainda que discreto (DSD, 21). De igual maneira o presbítero, convidado a continuar a “missão de Cristo, não pode deixar de se sentir chamado a imitar ao Jesus orante que buscava no silêncio da oração um modo de unir-se à vontade do Pai e interceder a Ele pelos homens” (PCAL, 2009, p. 134). “Tu, quando orares, entra no teu quarto e, fechando tua porta, ora ao teu Pai que está lá, no segredo. Quando deres esmola, não te ponhas a trombetear em público, como fazem os hipócritas nas sinagogas e nas ruas, com o propósito de serem glorificados pelos homens” (Mt 6, 2.6).

Toda conversação para ser autêntica carece do silêncio, pois é no calar de alguns impulsos que se concretizam “as possibilidades da verdadeira comunicação e da verdadeira relação com a realidade e com as pessoas” (Martín, 2008, p. 226). Mesmo inseridos no mundo da imagem, é importante ao presbítero saber agir, pregar e servir com discrição, à semelhança do Cristo Bom Pastor. Dessa maneira, momentos reservados e de positiva solidão devem constar na agenda do presbítero para que cresça na comunicação humana e espiritual.

4.2.1. Uma necessidade cronológica

No contexto moderno, julga-se que alguém ao reservar tempo ao exercício do silêncio nada faz ou nada produz. Isso é resultado de uma forma de pensar que associa o som ao sucesso e o silêncio ao fracasso (Urdanivia, 1996). Esse modo de enxergar o silêncio, também é uma realidade no meio presbiteral, por isso, muitas vezes, ele é utilizado para justificar o nobre, porém quimérico desejo de ser útil a todos. É dessa forma que o silêncio

acaba assumindo o aspecto negativo de materialmente improdutivo. O presbítero, especialmente para sua vida de oração, precisa do silêncio como um tempo que fecunda seu ministério, sua mansidão e seu louvor (Pr 8,34; Sl 65,2). São João da Cruz afirma que o silêncio é o processo pelo qual a pessoa humana se esvazia dos próprios sentidos, despoja-se de si mesma e se abre à escuta acolhedora de Deus (Doig, 1991).

Somente no silêncio se aprende a “estar”; um estar consciente, isto é, que permite viver em plenitude o momento presente, sem se deixar dominar pela carga das ocupações e dos deveres (Villa, 2009). Esse silêncio, além de ser um exercício e meio espiritual, também deve ser tomado como uma valiosa prática ascética já que, em muitos casos, “escolher o silêncio é como jejuar” (Schinella, 2005, p. 1052), uma expressão de renúncia, despojo, abdicação, equilíbrio e maturidade frente ao egoísmo da vontade própria. É assim que o presbítero pode, ainda mais, dedicar-se à meditação da Palavra de Deus e contemplar Sua presença atuante no cotidiano pastoral.

O silêncio continua sendo, como sempre, um caminho seguro para o ser humano se aproximar do Senhor. Assim foi desde os tempos quando Maria acolheu em seu coração silencioso o anúncio de que seria a Mãe do Redentor e também ao longo dos dois mil anos da história de fé [...], apesar de que a sociedade não seja habituada a fazer silêncio, o Senhor permanece falando silenciosamente. Como no princípio, Ele segue esperando a resposta de um coração que saiba escutá-lo (Doig, 1991, p. 276).

De acordo com a afirmação do Concílio Vaticano II, “os presbíteros atingem a santidade pelo próprio exercício do seu ministério” (PO, 13) e, em decorrência disso, é indispensável sistematizar e seguir um plano de formação permanente que, também, valorize o silêncio como um meio pelo qual cada presbítero venha a desempenhar, com fidelidade, seu ministério junto a uma comunidade pastoral e contemplar sua realidade (Cencini, 2007).

Todo “ser humano normal, sadiamente religioso, precisa de períodos em que possa ficar consigo mesmo, diante de Deus” (Lepargneur, 1995, p. 611). Essa deve ser uma firme decisão dos e para os presbíteros, pois “é evidente que o presbítero não se santifica automaticamente no exercício do ministério” (Melguizo, 2009, p. 119). Assim, dentre os objetivos da ação pastoral dos presbíteros está o de saber, como profeta, comunicar a Verdade e, quando necessário, denunciar seja pela palavra, seja pelo silêncio.

4.2.2. Uma práxis ascética e penitencial

Tratar-se-á, aqui, do Sacramento da Reconciliação, mas, antes, é indispensável fazer algumas considerações a respeito da direção espiritual¹⁰ que ultimamente tende cada vez mais ao abandono. Tal tendência, geralmente, é justificada pela falta de tempo disponível, tanto dos diretores espirituais quanto dos, assim chamados, dirigidos; a isso se soma a escassez de pessoas dispostas e preparadas para ouvir. Considere-se que não só os presbíteros podem ser diretores espirituais, mas, pelo fato de serem eles que ordinariamente acompanham o movimento espiritual das comunidades eclesiais, far-se-á direta referência a eles, sem deixar

¹⁰ “Ajuda dada por um cristão a outro, ajuda essa que capacita este outro a prestar atenção à comunicação pessoal de Deus com ele, a responder a esse Deus pessoalmente comunicante, a aumentar a sua intimidade com ele e a viver as consequências desse relacionamento” (Barry & Connolly, 1987, p. 22).

de considerar que são muitos os homens e as mulheres que participam e colaboram em tão relevante dinâmica espiritual. Segundo Baroffio (1987):

É necessário recuperar também o tempo e viabilizar várias ocasiões para desenvolver a paciente direção espiritual. Somente se o sacerdote, através da meditação da palavra, encontra pessoalmente a Deus, sentirá a urgência desse serviço, mas isso implica uma devotada vida de oração e silêncio, escuta e interiorização (p. 1776).

As causas que acompanham o frágil e quase inexplorado campo da direção espiritual merecem atenção, especialmente, pelo fato de subsistir uma tendência em fazer do Sacramento da Reconciliação um momento de conversa ou desabafo. Isso implica dizer que, na prática desse sacramento, o ministro ao se dar à escuta, cronológica e humanamente, não deixa de incorrer no risco de se transpor da escuta sacramental à orientação psicológica (Sovernigo, 2007). A ideia de conversar e confessar de forma simultânea não é totalmente uma contradição ao sacramento, mas, também não deixa de ser um estilo que desfoca e, por vezes, desloca a ação pastoral dos presbíteros.

A busca pelo sacramento da Reconciliação para poder desabafar ou desaguar mágoas, possivelmente, produzirá efeitos secundários, tais como: a desatenção ao sincero arrependimento, a falta de disposição e/ou de disponibilidade ao comprometido acompanhamento espiritual. Nesse sentido, não só o presbítero seria tentado a se esquivar de uma séria direção espiritual, mas também o fiel leigo, pois a cultura de uma sociedade que vive às carreiras provoca e envolve tanto um quanto outro.

No sacramento da Reconciliação, o silêncio do confessor, para com o penitente, deve refletir seu acolhimento, sua escuta e seu controle sobre os excessos da fala, tudo para que não obstaculize ou desvirtue esse processo sacramental (Doig, 1991). Saber “ouvir” é um serviço-dever dos clérigos, um direito dos leigos e, por isso mesmo, um imperativo pastoral, seja para confessar ou para dirigir espiritualmente (DMVP, 39). Assim sendo, tempo para o referido sacramento consta como uma das principais atividades dos presbíteros e, não menos, uma das que mais lhe pode exigir disposição e generosidade. Considerando que, mesmo em meio às exigências pastorais, saber escutar não é somente questão de disponibilidade, mas o resultado de ordem e ritmo que se somam à disposição interior. O presbítero deve consagrar e “gastar” seus ouvidos pela comunidade, seguro de que esse silêncio penitencial o confirma ainda mais como ministro e pastor. Observa Sovernigo (2007):

É necessário que o Confessor saiba fazer silêncio dentro de si mesmo [...]. Escutar uma confissão é antes de tudo se esforçar por escutar o que se diz realmente, captar a mensagem, decodificá-la para captar o significado que ela tem para aquele que fala [...]. Para realizar uma escuta, qualitativamente, positiva é necessário decidir ser o primeiro a ouvir (pp. 107-109).

A Congregação para o Clero (2011) exorta aos presbíteros que é preciso voltar aos confessionários; reafirma a necessidade pastoral de que se reserve maior tempo e disposição à escuta dos fiéis. A falta desse espaço de silêncio e escuta penitencial, como já se observa em alguns lugares, pode resultar em uma indiferença sacramental ou mesmo no desinteresse pela palavra eclesial (Baez, 2009). O silêncio necessita estar, e ter seu espaço garantido, junto ao

sacramento da Reconciliação para que, pedagogicamente, consolide-se como um exercício hospitaleiro, formativo e pastoral.

Embora o silêncio também possa refletir omissão, fuga ou desinteresse por parte de quem ouve, o presbítero necessita ser consciente de que, à semelhança das notas musicais que ganham beleza por causa dos intervalos que lhe conferem harmonia, seu “calar” deve servir para fecundar sua palavra. Diga-se que, no Sacramento da Reconciliação, às vezes, pode o silêncio ser mais significativo ou vivificante que a própria palavra (Colodro, 2004).

4.2.3. Um elo litúrgico-sacramental

“O Senhor está em seu templo santo: silêncio diante d’Ele, ó terra inteira” (Hab 2,20). Cada vez mais, a Igreja renova e acentua seu ritmo litúrgico e tal prática vem acompanhada de uma expressa necessidade do silêncio que promova e alimente o encontro com o Senhor. Sem dúvida, a oração litúrgica exige um silêncio ativo que permita a cada celebrante se integrar e, ainda, favoreça a harmonia do espírito comunitário (Doig, 1987).

É o silêncio que, nas celebrações sacramentais, ostenta o papel de explicar o inexplicável, transmitir o absoluto, figurar o infinito (Zuloaga, 1990). Esse silenciar é o que pode garantir uma participação mais consciente da comunidade que celebra, destacando-se como um dos elementos fundamentais da ação litúrgica, coordenando e dando cadência ao ritmo comum do que se celebra (Sartore, 1987). O princípio de “que sem silêncio não se escuta, não se ouve, não se recebe uma palavra, vale para a oração pessoal sobretudo, mas também para as nossas liturgias: para facilitar uma escuta autêntica, elas devem ser ricas de momentos de silêncio e de acolhimento não verbal” (Bento XVI, 2012b).

A cultura atual não aprecia o silêncio, ao contrário, supervaloriza o fenômeno acústico. O som do rádio, da televisão, dos aparelhos eletrônicos, das avenidas e ruas da cidade, dos automóveis, das tantas vozes são ruídos que já parecem fazer parte do cotidiano de “todo mundo”. Parece que ninguém quer ficar sozinho consigo mesmo e, nessa luta intrigante, muitos apontam o silêncio como o mais perturbador de todos os sons (Urdanivia, 1996).

Pode-se dizer que o silêncio nas celebrações sacramentais é e deve ser uma das indispensáveis rubricas litúrgicas, através da qual o presbítero não só instrui a comunidade, mas pelo qual também é educado como frisa a Sacrosanctum Concilium: “para promover a participação ativa, cuide-se de incentivar as aclamações dos fiéis, as respostas, a salmodia, as antífonas, os cânticos, bem como as ações, gestos e atitudes. E seja também observado, a seu tempo, o silêncio sagrado” (n. 30). Reafirmando que silenciar não é apenas resultado de uma norma externa, há de se notar, e lamentar, que, por razões conscientes ou não, o silêncio celebrativo segue emudecido em muitos espaços formativos, religiosos e/ou litúrgicos. Segundo Martín (2008):

O silêncio é eloquente, hospitaleiro, personalizante e possibilita, dentro do desenvolvimento comunitário da ação litúrgica [...], a escuta interior [...]. A invasão verbal, os avisos desconexos, as munições excessivas, as preces intermináveis, as homilias prolongadas, o canto sem qualidade, a falta de ordem, de limpeza, de respeito vão contra a linguagem do Mistério que se expressa no silêncio (pp. 227-228).

4.3. No agir e no desempenho missionários

O silêncio não pode ser enquadrado como uma disciplina acadêmica porque é uma aprendizagem que se adquire na escola da vida e, em uma comunidade missionária, sua prática é determinante para que o “outro” tenha preferência sobre o “nós” e o “meu” não se anteponha ao bem comum dos “outros” (Salvador, 2008). No contexto da nova evangelização, é importante ressaltar que a primeira atitude do missionário deve ser a escuta, pois não fala bem aquele que antes não tenha aprendido a calar (Cruz, 1997).

O silêncio é capaz de escavar um espaço interior na pessoa humana para fazer habitar Deus; para que Sua palavra permaneça e impulse a vida. Portanto, ao discípulo missionário de Jesus Cristo é necessário reaprender o silêncio, a abertura para a escuta, pois, sobretudo para evangelizar, “um coração atento, silencioso, aberto, é mais importante que muitas palavras” (Bento XVI, 2012b). Nesses termos, o evangelizador não somente é o caminhante pregador, mas um contemplativo peregrino.

Pode-se dizer que a contemplação é outra maneira de sentir, ver e conhecer [...]. Essa atitude se caracteriza, principalmente, pela acolhida [...] não apenas daquilo que se impõe, à primeira vista, mas, igualmente, da parte mais secreta, escondida, oculta, ou mesmo obscura; não somente o furacão, o tremor de terra ou o fogo, mas, sobretudo o murmúrio/sussurro de uma brisa amena e suave (1Rs 19,22). Estas atitudes de abandono, acolhida e consentimento induzem a uma conaturalidade com o

silêncio. Situa, de certo modo, a pessoa contemplativa ao ponto em que o silêncio pode ser ouvido. Assim, permite-se descobrir como é grande o mundo do silêncio e, neste sentido, a prática contemplativa amplia consideravelmente não só o campo da consciência, mas permite perceber [...] o estofo da realidade (Béthurne, 1995, p. 731).

São Gregório Magno (1993) afirma que “é necessário ao pastor ser puro de pensamento, exemplar no agir, discreto no seu silêncio, útil na palavra; que seja próximo de todos por sua compaixão e, mais do que todos, dedicado à contemplação” (p. 196). Assim, reafirma-se que, para os presbíteros, o silêncio deve embasar suas opções e atividades, estimulando-os à caridade pastoral. Desse modo, o silêncio corrobora que o ministério sacerdotal e a prática pastoral são “de um lado, fonte de santidade e, de outro, um chamado à santificação” (Melguizo, 2009).

4.3.1. Uma característica dos trabalhos coletivos

O presbítero é “profeta na medida em que tenha feito experiência do Deus vivo. Pois, somente essa experiência o fará portador de uma palavra poderosa que possa transformar a vida pessoal e social dos homens” (DP, 693). Na dinâmica eclesial, o engajamento e a disposição pastoral são elementos que garantem um autêntico trabalho de conjunto. Nesse âmbito, o presbítero é chamado a desempenhar papel de interlocutor e ser um vínculo de comunhão entre as pastorais, grupos e movimentos da comunidade.

Como bem se observa nas crianças, é principalmente pela escuta que o ser humano aprende a falar. Somente quem sabe escutar pacientemente o outro, pode falar bem. Uma pessoa que já aprendeu a escutar jamais utilizará sua fala impositivamente. O presbítero que sabe escutar com atenção já aprendeu a trabalhosa lição de transformar o discurso, às vezes, necessário, em um diálogo com o outro (Freire, 2003). Em muita das situações e ações pastorais, ao presbítero educador, a escuta deve preceder aos seus pronunciamentos.

O silêncio é parte da evangelização, pois “é uma via pessoal e prática: pessoal no sentido em que cada um faz seu itinerário e prática porque, somente, pode ser compreendido a partir de uma concreta e perseverante experiência” (Chialà, 2011, p. 08). Assim, o silêncio que não é ausência de verbos ou de sons, mostra-se como um modo específico de “estar” e de se comunicar com o outro. Quando é seriamente assumido, esse silêncio proporciona um recuo da pessoa em relação a si mesma de modo que a permite reconhecer seus próprios limites e, ainda, a necessidade que tem de comunhão com os demais (Lepargneur, 1995).

A negação de uma relação social conduz à destruição da verdadeira comunidade [...]. O maior perigo em decorrência disso está em que o isolamento egoísta leva, irremediavelmente, ao coletivismo [...]. A verdadeira educação nasce da preocupação pela salvação do indivíduo, porém esta não se encontra no isolamento monológico. O homem precisa necessariamente dos demais [...]. Toda educação busca a autorrealização válida e justa da pessoa que se faz possível na vida comum com outras pessoas (März, 1979, pp. 139-141).

4.3.2. Um fio condutor da ação social

Um dos adjetivos mais fortemente atribuídos ao presbítero é o de comunicador, ainda que não o seja de forma técnica, o é de maneira eclesiológica. Não poderia ser ministro de Cristo aquele que não silencia para contemplar as situações do cotidiano e a partir delas anunciar a Boa-Nova do Reino. O presbítero, por missão, desenvolve uma capacidade de vigilância sobre a grei que também o habilita a conhecer a realidade e, posteriormente, planejar sua ação pastoral, ordenando seus discursos à conjuntura vigente. Para Nava (2012):

Quando Elias ouve a Deus no silêncio – não em poderosas manifestações da majestade de sua natureza –, demonstra uma qualidade que marcaria intensamente em todos os clássicos profetas judaicos: a capacidade de escutar verdades e revelações no que é inaudível para a maioria. O profeta tem um ouvido para os gemidos fracos e emudecidos [...], por tanto, sua capacidade de escuta tem uma significação e uma configuração ética; sua capacidade de escuta exige e inspira solidariedade com os pobres e necessitados, com os oprimidos e destituídos (p. 6).

A Igreja, em seus pastores e teólogos, ensina que é necessário se dispor a investigar e ouvir os sinais dos tempos e, atentamente, saber discernir e interpretar as várias linguagens que permitam reconhecer, na evolução social, as interpelações divinas (GS, 4; 44). Não é sem razão que aos presbíteros se oriente a que façam uso “de uma linguagem atualizada, concreta,

direta, clara e ao mesmo tempo caprichada. Esta linguagem deve ficar próxima da realidade que o povo enfrenta, de sua mentalidade e religiosidade, de tal sorte que possa ser facilmente captada” (DP, 1091).

A pessoa educada no silêncio é aberta e atenta à realidade social; sabe avaliar os diferentes silêncios que possam coexistir no seu entorno. Nesse contexto, mesmo considerando que, às vezes, o calar vale mais do que o falar volúvel, o presbítero precisa ser atento ao falso silêncio que, geralmente, pode ser utilizado como uma ferramenta de supremacia sobre o outro; servindo para oprimir ou escravizar, empobrecer ou depreciar as relações sociais e/ou eclesiais.

Existam esquemas de representação que desenham a pessoa silenciosa como alguém que não abre os olhos, que não vê e que não é deste mundo; uma pessoa assustada que não sabe avaliar ou que não tem os pés no chão da realidade. Enfim, alguém distante e indiferente à verdade. Mas, justamente ao contrário, a pessoa educada no silêncio tem bases sólidas, não se assusta com pouca coisa, não tem medo dos acontecimentos e não fica presa a eles, “mas sabe analisar, situar e direcionar bem cada situação. A pessoa silenciosa é profunda e olha sem ser curiosa ou indiscreta; olha para contemplar, para chegar ao coração da realidade” (Ginel, 2002, p. 29).

Atualmente, mesmo que muitos relacionamentos tendam ao utilitarismo, o silêncio irrompe como uma forma de “descobrir o espírito de Deus no espírito humano e [...] reconhecer os caminhos de Deus em cada pessoa” (Grün, 2006, p. 14). E essa pedagogia que deve estar entre os cuidados pastorais do presbítero para que, assim, busque não só conhecer, mas assumir os clamores daqueles que sofrem e são subjugados a um silenciamento opressor

e, por isso, pobre. Um silêncio que isola ou aparta o presbítero da realidade e do mundo poderia se tornar um desvio ou mesmo uma contradição vocacional.

4.3.3. Um elemento para a formação permanente

A vida moderna pode parecer um grande protesto contra o silêncio porque o progresso técnico, especialmente dos transportes e das comunicações, tem tornado a vida do homem mais confortável, mas também mais agitada, às vezes, confusa. As cidades são quase sempre ruidosas: raramente existe silêncio nelas, porque sempre persiste um ruído de fundo (Bento XVI, 2011b).

Na prática ministerial do presbítero o silêncio se incumbe de funcionar como um instrumento para a comunicação, uma forma de autotranscendência e um sinal de maturidade espiritual que o conduz a sair de si mesmo, descentrar-se da vontade própria, despojar-se ou privar-se das palavras vazias e, conscientemente, dar-se à contemplação (Barbiero et al., 2000). Para tal, é preciso que o presbítero esteja convencido de que o silêncio é um auxílio frente ao ativismo e, inclusive, da estrutura administrativa que, ocasionalmente, poderia vir a ser um material empecilho à escuta dos apelos divinos e humanos que o acompanham.

Uma pessoa que busca aprender a silenciar não só deve somar ou agregar momentos de silenciamento ao seu cotidiano, mas exercitar o silêncio de maneira continuidade. Para crescer nesse processo, é preciso ter períodos para calar, mas, junto a isso, precisa saber discernir os momentos propícios para falar (Chialà, 2011). O silêncio no agir missionário, no

contato com as famílias, nos grupos ou nas pastorais da comunidade paroquial é um procedimento evangelizador pelo qual o presbítero, com sabedoria e fraternidade, pode conhecer mais e melhor aqueles que vivem sob seu pastoreio (DA, 517). Nesses termos, o silêncio é, sim, uma dinâmica à pastoral e, pedagogicamente, um item para a formação permanente dos presbíteros (Zuloaga, 1990).

Como hoje vivemos em uma civilização dos ruídos, dominada pela indústria do som e da imagem, o indefeso cidadão se encontra mais desprovido que nunca para um tipo de comunicação silenciosa que ultrapasse as cortinas acústicas e eletrônicas entre às quais se vê isolado [...]. O silêncio para consigo mesmo e frente aos outros serve como preparação para o silêncio religioso que, por sua vez, possibilita a superação de atitudes narcisistas ou dominadoras, abrindo-o a uma relação com o Outro absoluto (Blanch, 1987, p. 651).

Onde há uma comunidade participativa e inclusiva o serviço ministerial deve ser intenso, especialmente para os presbíteros que, “fazendo as vezes do Bom Pastor, encontram no próprio exercício da caridade pastoral o vínculo da perfeição sacerdotal, que conduz a uma unidade entre vida e ação” (PO, 14). Nesse contexto, é importante considerar que o silêncio, mais que um notório ato do intelecto, é expressão de uma fé que não se sustenta somente pelas muitas palavras, mas que “se detém, contempla o mistério e desfruta dele em silêncio” (DA, 259).

4.4. Uma pedagogia

Para o presbítero, “a procura do silêncio e de espaços e tempos de ‘deserto’ é necessária à sua formação permanente, quer no campo intelectual, quer no campo espiritual e pastoral” (PDV, 74); tal experiência se efetiva através da leitura, meditação e partilha da Palavra, dos retiros e experiências espirituais, da correção fraterna e da revisão de vida, dos projetos e encontros pastorais. São essas as circunstâncias que afirmam e fortalecem a dimensão comunitária da Igreja e, conseqüentemente, de todo o presbitério (Cencini, 2002).

O silêncio é parte do perfil e da formação dos presbíteros por que os habilita à contemplação do agir divino na humanidade; uma característica própria da comunidade de Jesus Bom Pastor (Melguizo, 2009). Como discípulos de Jesus é necessário saber ouvir com atenção a verdade presente no outro e, embora seja algo difícil à apressada sociedade moderna, a prática pastoral permite ao presbítero não só proferir boas palavras, mas fomentar a comunhão eclesial que vai além de seus discursos (Luna, 1995).

Como o modo de agir do presbítero, geralmente, é uma referência para a comunidade, seus silêncios se tornarão um ensinamento para os outros à medida que tal prática o proporcione uma comunicação mais eficiente com todos, dando-lhe acesso a alguns “espaços sagrados” que somente se pode ir sem palavras. É nessa via contemplativa que os presbíteros, na caridade pastoral, ao se depararem com as mais diferentes situações eclesiais, poderiam melhor transformar seu silêncio em diálogo e evangelização (Sciadini, 2003).

O silêncio constitui a condição ambiental que melhor favorece o recolhimento, a escuta de Deus, a meditação. Já

o próprio fato de nos deleitarmos com o silêncio, de nos deixarmos, por assim dizer, “cumular” do silêncio, predispõe-nos para a oração [...]. Deus fala no silêncio, mas é preciso saber ouvi-lo (Bento XVI, 2011a).

O silêncio na vida dos presbíteros precisa ser uma experiência pessoal, profunda e perseverante, principalmente, porque ninguém dá o que não tem (Villa, 2009). E para não dizer “impossível”, melhor afirmar que não é suficiente pastorear e servir a uma comunidade somente por meio da palavra discursiva. Diferentemente do que se poderia pensar, o silêncio, muitas vezes, é a autêntica expressão da autoridade discreta de um presbítero e uma sábia técnica para um seu bom desempenho ministerial (Jaworski, 1997).

Em um mundo onde “o homem contemporâneo escuta com melhor boa vontade as testemunhas do que os mestres ou se escuta os mestres, é porque eles são testemunhas” (EN, 41), os presbíteros devem ser os primeiros a vivenciarem o silêncio; assumi-lo com disposição e, conseqüentemente, testemunhá-lo como um meio pedagógico. Como um elemento formativo e, deveras, permanente, o silêncio, junto à palavra, favorece ainda mais a escuta, o serviço e o diálogo (Béthune, 1995).

CONCLUSÃO

Partindo da constatação de que o silêncio fundamenta a linguagem humana, foi possível superar o conceito que o restringe à ideia de um puro cessar verbal. Além disso, que o ato de silenciar não se opõe ao uso da palavra, mas se configura como um importante passo para ela. Sendo o silêncio um instrumento à comunicação, Deus é o primeiro a dele se servir para se revelar Criador; nele, não foge e nem se omite, senão que, por ele, manifesta-se comunicador de um “jeito” eloquente.

Constatou-se que a prática do “silêncio na vida monástica, como na vida religiosa, sacerdotal ou laical é um bem na medida em que ajuda a uma melhor qualidade da palavra nas relações interpessoais” (Villa, 2009, p. 86). Falar e escutar são atitudes que se correlacionam e, desse modo, afirmamos que o silêncio não é uma disciplina acadêmica, mas um ato experimental, apreendido na escola da vida e que, muitas vezes, é a garantia de uma eficaz aprendizagem e formação humana.

Se uma sociedade não ensina o uso e o valor do silêncio, dificilmente seus membros serão capazes de apreciá-lo (Serra, 2001). Por isso, reconhece-se que tal pedagogia é um fundamento para o processo de formação sacerdotal, pois, nas suas diferentes etapas, o exercício do silêncio é o que possibilita ao aluno ou ao presbítero ser capaz de calar e, ao mesmo tempo, deixar-se impulsionar à palavra prudente e instrutiva. Para isso, constou-se a necessidade de encontrar e privilegiar, nos projetos formativos, espaços para a prática do silêncio seja no âmbito humano, espiritual, intelectual ou pastoral.

Na vida e no mistério dos presbíteros, o silêncio é mais que um calar exterior; constitui-se como uma testemunhal expressão de acolhida e atenção; uma forma não verbal da caridade do Bom Pastor. É o silêncio exterior e interior do presbítero que, em suas relações eclesiais, possibilitá-lo-á calar sem fechar o coração, ser discreto sem ser sombrio e/ou guardar fatos sem amontoar rancor (Dinouarte, 1999). Por isso, acentuou-se que o primeiro passo ao silêncio é externo e, em seguida, desponta sua dimensão interna que aprofunda, serve e sustenta a comunicação dialógica da pessoa humana. No cotidiano presbiteral, o silêncio é um dinamismo a ser transformado em contemplação perene.

Movida pelo conceito de que a pedagogia não é puramente uma ciência, mas um meio que facilita a condução do ser humano a uma meta almejada (März, 1979), essa investigação pode ser mais uma ferramenta de aprendizagem e reflexão aos que, inseridos na Pastoral Vocacional, nas comunidades de formação ou no presbitério, queiram buscar ou promover, na infinitude do silêncio, um pedagógico meio de crescimento processual, contínuo e/ou rítmico.

Sem dúvida, após esse trabalho acadêmico, o silêncio permanece e permanecerá uma vítima de sua própria discrição (Lepargneur, 2004), mas, ainda assim, tão intrigante temática segue digna de uma maior acolhida e melhor compreensão tanto no âmbito da convivência humana como no processo de formação sacerdotal. Assim, como nenhum tema estudado deve, impreterivelmente, receber um ponto final, prosseguirá o silêncio como um campo aberto a muitos outros trabalhos, projetos, juízos e estudos.

Destarte, acredita-se que o objetivo proposto para este trabalho foi alcançado, pois, depois de encontrar, ler e apreciar uma surpreendente bibliografia sobre o silêncio se

constatou que essa temática ainda não muito desenvolvida, inclusive no panorama eclesial, é um significativo instrumental pedagógico no processo de formação humana e, por isso, dos futuros e atuais presbíteros. Ainda que prevaleça um comedido silêncio teológico sobre o silêncio, possivelmente pelas reações que ele possa provocar na sociedade e nas instituições, é importante pensá-lo de forma mais elaborada e, quem sabe, a partir da concepção de “lugar teológico”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Aranguren, I. & Colombás, G. (1993). *La regla de San Benito* (2ª ed.). Madrid: BAC.
- Baez, S. (2009). *Cuando todo calla: el silencio en la Biblia*. Madrid: Editorial de Espiritualidad.
- Baldini, M. (2002). Silencio. En Borriello, L, Caruana, E., Del Genio, M. & Suffi, N. (Dir.) *Diccionario de Mística* (pp. 1603-1606). Madrid: San Pablo.
- Barbiero, L., Recondo, J., Alvarez, C., Juliao, C. & Mariño, I. (2000). *Formación espiritual para el Presbítero del tercer milenio* (2ª ed.). Bogotá: CELAM.
- Barry, W. & Connolly, W. (1987). *A prática da direção espiritual* (2ª ed.). São Paulo: Edições Loyola.
- Baroffio, B. (1987). Sacerdocio. En Canals, J. (Ed). *Diccionario de Liturgia* (pp. 1753-1777). Madrid: Paulinas.
- Bento XVI (2010). *Verbum Domini: Exhortación apostólica postsinodal*. Bogotá: San Pablo.
- _____. (2011a). O homem em oração: os “oásis” do espírito. Recuperado de http://www.vatican.va/holy_father/benedict_xvi/audiences/2011/documents/hf_ben-xvi_aud_20110810_po.html
- _____. (2011b). En el silencio se encuentra lo esencial. *L'osservatore Romano*. 43 (42), 08.
- _____. (2012a). Silêncio e palavra: caminho de evangelização. Recuperado de http://www.vatican.va/holy_father/benedict_xvi/messages/communications/document_s/hf_ben-xvi_mes_20120124_46th-world-communications-day_po.html
- _____. (2012b). O silêncio de Deus. Recuperado de <http://noticias.cancaonova.com/noticia.php?id=285495>

- Besnard, A., Chapelle, M., Dubarle, D., Duval, R. & Cardedal, O. (1979). *Oración, silencio y palabra*. Madrid: Narcea.
- Béthune, P. (1995). Para uma teologia do silêncio. *Grande Sinal*, 6 (49), 729-738.
- Biblia de Jerusalén. (1967). Bilbao: Descleé de Brower.
- Blanch, A. (1987). Necesidad del silencio. *Razón y Fe*, 215 (1064), 643-652.
- Bofill, E. (1992). Silencio y contemplación. *Vida religiosa*, 05 (72), 276-281.
- Borgmann, A. (1974). *The philosophy of language: historical foundations and contemporary Issues* (2nd ed.). Netherlands: Kluwer.
- Bravo, A. (2006). *El estilo pedagógico de Jesús maestro*. Bogotá: Publicaciones CELAM.
- Casanova, O. (1998). Ética del silencio. *El País*. Recuperado de http://elpais.com/diario/1998/07/20/opinion/900885602_850215.html
- Casares, J. (1975). Alumno. En *Diccionario ideológico de la lengua española* (2ª ed., p. 43). Barcelona: Editorial Gustavo Gili.
- _____. Silencio. En *Diccionario ideológico de la lengua española* (2ª ed., p. 770). Barcelona: Editorial Gustavo Gili.
- Catecismo da Igreja Católica (1993). Petrópolis: Editora Vozes.
- Cencini, A. (2002). *La formación permanente* (2ª ed.). Madrid: San Pablo.
- _____. (2007). *A árvore da vida: proposta de modelo de formação inicial e permanente*. São Paulo: Paulinas.
- Chialà, S. (2011). *Silenzi: ombre e luci del tacere*. Magnano: Qiqajon.
- Colodro, M. (2004). *El silencio en la palabra*. México. Siglo XXI. Recuperado de http://books.google.com.br/books?id=FQ1xkKDh6TgC&printsec=copyright&hl=pt-BR&source=gbs_pub_info_s&cad=3#v=onepage&q&f=false
- Concilio Vaticano II (2001). *Documentos do Concilio Vaticano II* (2ª ed.). São Paulo: Paulus.

Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (1983). *Guia pedagógico de pastoral vocacional*. São Paulo: Paulinas.

_____. (2005). *“Ide também vós para a minha vinha!” (Mt 20,4): temáticas do 2º congresso vocacional*. São Paulo: Paulus.

_____. (2010). *Diretrizes para a formação dos presbíteros da Igreja no Brasil*. Brasília: Edições CNBB.

Congregação para o Clero (1994). *Diretório para o ministério e a vida dos presbíteros*. São Paulo: Edições Loyola.

_____. (2011). *O Sacerdote confessor e diretor espiritual, ministro da misericórdia divina*. Recuperado de http://www.clerus.org/clerus/dati/2011-08/08-13/sussidio_per_confessori_pt.pdf

Congregación para la Educación Católica (1972). La enseñanza de la filosofía en los seminarios. En CELAM-DEVYM (Comp.). *La formación sacerdotal: documentos eclesiales 1965-2000*. (3ª ed.). (Pp. 45-57). Bogotá: CELAM.

_____. (1976). La Formación Teológica de los Futuros Sacerdotes. En CELAM-DEVYM (Comp.). *La formación sacerdotal: documentos eclesiales 1965-2000*. (3ª ed.). (Pp. 135-183). Bogotá: CELAM.

_____. (1980). Carta circular sobre algunos aspectos más urgentes de la formación espiritual en los Seminarios. En CELAM-DEVYM (Comp.). *La formación sacerdotal: documentos eclesiales 1965-2000*. (3ª ed.). (Pp. 295-311). Bogotá: CELAM.

_____. (1985). Ratio Fundamental Institutionis Sacerdotalis. En *La formación sacerdotal: documentos eclesiales 1965-2000*. (3ª ed.). (Pp. 345-413). Bogotá: CELAM.

_____. (1989). Instrucción sobre el estudio de los Padres de la Iglesia en la formación sacerdotal. En CELAM-DEVYM (Comp.). *La formación sacerdotal: documentos eclesiales 1965-2000*. (3ª ed.). (Pp. 583-611). Bogotá: CELAM.

- _____. (1993). Directrices sobre la preparación de los Formadores en los Seminarios. En CELAM-DEVYN (Comp.). *La formación sacerdotal: documentos eclesiales 1965-2000*. (3ª ed.). (Pp. 761-798). Bogotá: CELAM.
- _____. (1998). El período Propedéutico – Documento informativo. En CELAM-DEVYM (Comp.). *La formación sacerdotal: documentos eclesiales 1965-2000*. (3ª ed.). (Pp. 837-865). Bogotá: CELAM.
- Cruz, M. (1997). Esa mirada que escucha. *El País*. Recuperado de http://elpais.com/diario/1997/11/05/opinion/878684404_850215.html
- Dall’Agnol, S. G. (2007). *Silêncio: identidade, consciência, diálogo e paz*. Porto Alegre: EST.
- Della Croce, G. (1984). Silencio. En Ancilli, E. (Dir.). *Diccionario de Espiritualidad* (v. III, pp. 390-393). Barcelona: Herder.
- Dinouart, A. (1999). *El arte de callar*. Madrid: Editorial Siruela.
- Dispeza, J. (2003). *On silence: 30 days to a powerful spiritual practice*. Lincoln: Universe.
- Documento de Aparecida (2007). *Texto conclusivo da V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe*. São Paulo: Paulus.
- Documento de Puebla (2004). En CELAM (Comp.). *Las cuatro Conferencias Generales del Episcopado Latinoamericano*. (Pp. 259-577). Bogotá: CELAM.
- Documento de Santo Domingo (2004). En CELAM (Comp.). *Las cuatro Conferencias Generales del Episcopado Latinoamericano*. (Pp. 581-754). Bogotá: CELAM.
- Doig, G. (1987). *El silencio: una pedagogía de la voluntad*. Lima: APRODEA.
- _____. (1991). San Juan de la Cruz y el silencio. *Revista Teológica Limense*, 25 (2), 275-286.
- Esquerda, J. (1979). *En el silencio de Dios*. Salamanca: Sígueme.
- Eudesm, J. (1991). São Bernardo de Claraval e sua influência. *Atualização*, 20 (230), 133-150.

- Favale, A. (2005). Presbítero. En Borile, E., Cabbia, L., Magno, V. & Rubio, L. (Dirs.). *Diccionario de Pastoral Vocacional* (pp. 919-932). Salamanca: Sígueme.
- Fernández, B. (2004). O silêncio de Jesus. *Grande sinal*, 58 (6), 757-765.
- Fiorentino, G. (2003). *Il valore del silenzio: sconfinamenti tra pedagogia e comunicazione*. Roma: Meltemi Editore.
- Fisichella, R. (1992). Silencio. En Latourelle, R., Fisichella, R. & Pié-Ninot, S (Dirs.). *Diccionario de Teología Fundamental* (pp. 1368-1375). Madrid: Paulinas.
- Font, J. (2010). El silencio litúrgico. *Liturgia y Espiritualidad*, (6), 335-340.
- Freire, P. (2003). *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa* (37ª ed.). São Paulo: Paz e Terra.
- García, E. (2003). *La pedagogía de Dios*. Chile: Editorial Tiberíades.
- Gerardi, R. (1989). *El ministerio pastoral del presbítero*. Valencia: EDICEP.
- Ginel, A. (2002). Educar en el silencio. *Misión Joven*, 42 (310), 21-32.
- Goya, W. (2008). *A escuta e o silêncio: lições do diálogo na filosofia clínica*. Goiânia: Universidade Católica de Goiás.
- Grün, A. (1995). *La dicha del silencio*. Bogotá: San Pablo.
- _____. (2000). *Orientar personas, despertar vidas*. Navarra: Verbo Divino.
- _____. (2004). *Elogio del silencio*. Santander: Sal Terrae.
- _____. (2006). *Ordem: vida sacerdotal*. São Paulo: Edições Loyola.
- Guardini, R. (2009). *Preparemos la Eucaristía*. Bogotá: San Pablo.
- João Paulo II (2000). *Pastores Dabo Vobis: Exortação apostólica pós-sinodal sobre a Formação dos sacerdotes* (4ª ed.). São Paulo: Paulinas.
- Jaworski, A. (Ed.). (1997). *Silence: interdisciplinary perspectives*. New York: Walter de Gruyter.

- La Rosa, J. (Org). (2003). *Psicologia e educação: o significado do aprender* (7ª ed.). Porto Alegre: EDIPUCRS.
- Lepargneur, H. (1995). Do ruído nocivo ao silêncio de Deus. *Convergência*, 30 (287), 605-613.
- _____. (2002). Silêncio hoje. *Atualização*, 32 (298), 919-926.
- _____. (2004). No silêncio, ouvir. *Grande Sinal*, 58 (1), 59-67.
- López, F. (2008). Los lenguajes bíblicos de la fe. En Instituto Superior de Pastoral: *Lenguajes y fe* (pp. 109-138). Navarra: Verbo Divino.
- Luna, J. (1995). *Logoterapia: un enfoque humanista existencial fenomenológico*. Bogotá: San Pablo.
- Maia, F. (2012). Caminhos da mística cristã. *Vida contemplativa*. Recuperado de <http://vidacontemplativa.wordpress.com/2012/05/01/caminhos-da-mistica-crista/>
- Magno, V. (2005). Pastoral Vocacional. En Borile, E., Cabbia, L., Magno, V. & Rubio, L. (Dir.). *Diccionario de Pastoral Vocacional* (pp. 849-854). Salamanca: Sígueme.
- Marins, J. (1966). *Presbítero hoje*. São Paulo: Editora Ave Maria.
- Martín, J. (2008). Los lenguajes de la oración. En Instituto Superior de Pastoral: *Lenguajes y fe* (pp. 195-251). Navarra: Verbo Divino.
- Martini, C. (1998). *El Presbítero como comunicador*. Madrid: PPC.
- März, F. (1979). *Introducción a la pedagogía* (2ª ed.). Salamanca: Sígueme.
- Melguizo, G. (2009). *¿Vale la pena ser sacerdote hoy?* (2ª ed.). Bogotá: CELAM.
- Moro, C. (1997). *A formação presbiteral: em comunhão para a comunhão*. Aparecida: Editora Santuário.
- Nápole, G. (2008). *Escuchar a los profetas*. Buenos Aires: Editorial Claretiana.
- Nava, A. (2012). Silêncio do deserto, silêncio de Deus. *Cadernos Teologia Pública*, IX (67), 06-18.

- Ortíz, L. (2010). *La formación discipular: una formación atenta a dimensiones diversas*. Bogotá: CELAM.
- Panizo, P. (2008). Las variedades del lenguaje de la fe. En Instituto Superior de Pastoral: *Lenguajes y fe* (pp. 53-78). Navarra: Verbo Divino.
- Patiño, J. (2011). *Los Padres de la Iglesia*. Bogotá: San Pablo.
- Peresson, M. (2004). *La Pedagogía de Jesús*. Bogotá: Editorial Kimpres Ltda.
- Pescador, J. (1984). *Principios de filosofía del lenguaje*, v. 1 (2ª ed.). Madrid: Editorial Alianza.
- Pontificia Comisión para a América Latina (2009). *La formación sacerdotal en los seminarios de América Latina*. Vaticano: Libreria Editrice Vaticana.
- Rahner, K. (1979). *Dios con nosotros – meditaciones*. Madrid: BAC.
- Rodero, F. (1993). *El sacerdocio en los Padres de la Iglesia*. Madrid: Ciudad Nueva.
- Ruiz, E. (2005a). El silencio en el primer libro del salterio (Salmos 1-41) – Primera parte. *Revista Bíblica*, 67 (1-2), 31-83.
- _____. (2005b). El silencio en el primer libro del salterio (Salmos 1-41) – Segunda parte. *Revista bíblica*, 67 (3-4), 163-178.
- Salvador, A. (2008). *Formación presbiteral. Inicial y permanente*. Bogotá: CELAM.
- Sánchez, M. (2002). El silencio, camino de libertad. *Misión Joven*, 42 (310), 05-12.
- São Ambrósio de Milão (2007). *Exhortación a la virginidad*. Madrid: Ciudad Nueva.
- São Clemente de Alexandria (2005). *Stromata VI-VIII*. Madrid: Ciudad Nueva.
- São Gregório Magno (1993). *Regla Pastoral*. Madrid: Ciudad Nueva.
- São Irineu de Lyon (1992). *Demonstración de la predicación apostólica*. Madrid: Ciudad Nueva.
- Sanz, J. (2001). El silencio y la palabra: dos modos de comunicación en Dios e en el hombre. *Communio*, 23, 207-237.

- Sardello, R., (2008). *Silence: the mystery of Wholeness*. Berkeley: Goldenstone Press.
- Sartore, D. (1987). Silencio. En Canals, J. M. (Ed). *Diccionario de Liturgia* (pp. 1921-1930). Madrid: Paulinas.
- Schinella, I. (2005). Silencio. En Borile, E., Cabbia, L., Magno, V. & Rubio, L. (Dirs.). *Diccionario de Pastoral Vocacional* (pp. 1050-1060). Salamanca: Sígueme.
- Sciadini, P. (2003). Silêncio: a linguagem universal. *Grande sinal*, 57 (1), 101-103.
- Serra, R. (2001). *El lugar del silencio en el proceso de la comunicación*. (Tese doctoral, Universitat de Lleida). Recuperada de <http://www.tesisenred.net/handle/10803/8173>
- Sesboüe, B. (2002). Quando Deus se cala: silêncio de Deus, silêncio da criatura humana. *Grande sinal*, 56 (6), 749-760.
- Silva, C. (2011). *Palabras desde el desierto*. Montevideo: Autor.
- Sovernigo, G. (2007). *Aspecto humano de la confesión – la persona y la acción del confesor y del penitente*. Bogotá: San Pablo.
- Tomaz, A. (2008). *Interpretações para o silêncio: por uma abordagem pragmática dos sinais não verbais* (Tese de Mestrado). Niterói: Universidade Federal Fluminense.
- Torralla, F. (2002). Pedagogía del silencio. *Misión Joven*, 42 (310), 13-19.
- _____. (1997). *Pedagogía del sentido*. Madrid: PPC.
- Torresan, P. (2003). Silence in the Bible. Recuperado de http://jbjq.jewishbible.org/assets/Uploads/313/313_Silence2.pdf
- Trebolle, J. (2008). *Imagen y palabra de un silencio – La Biblia en su mundo*. Madrid: Trotta.
- Ulrich, F. (1969). Palabra y Silencio. En Feiner, J. & Löhrer, M. (Dirs.). *Mysterium Salutis: Manual de teología como historia de salvación* (v. II-2, pp. 789-793). Madrid: Cristiandad.
- Urdanivia, E. (1996). Acerca del silencio. *Páginas*, 21 (140), 84-87.

- Vale, I. (2009). A vida de silêncio. *Católicos na rede*. Recuperado de <http://catolicosnarede.wordpress.com/2009/12/10/a-vida-de-silencio/>
- Veiga, I. & D'Ávila, C. (Orgs) (2008). *Profissão docente: novos sentidos, novas perspectivas*. Campinas: Papirus.
- Villa, R. (2009). *Silencio que reestructura* (2ª ed.). México: San Pablo.
- Von Balthasar, H. (2001). *Ensayos teológicos: Verbum Caro*, tomo I. Madrid: Cristiandad.
- Zerzan, J. (2007). Silêncio. Recuperado de <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:http://ervadaninha.sarava.org/silencio.html>
- Zuloaga, I. (Ed.). (1990). Pedagogía. En Benito, A. (Dir.). *Diccionario de Ciencias de la Educación* (pp. 1627-1628). Madrid: Paulinas.